

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

**A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO  
BIOMA PANTANAL: O CASO HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ**

Eduardo Pereira Romero

Campo Grande, MS  
2014

**EDUARDO PEREIRA ROMERO**

**A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO  
BIOMA PANTANAL: O CASO HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de mestre no Programa  
de Mestrado em Comunicação, da UFMS, sob  
a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Greicy Mara França.

Campo Grande  
Fevereiro, 2014

**EDUARDO PEREIRA ROMERO**

**A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DO BIOMA PANTANAL: O CASO HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre no Programa de Mestrado em Comunicação, da UFMS, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Greicy Mara França.

Campo Grande, 17 de fevereiro de 2014

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Greicy Mara França (orientadora)  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Cristiane Ota  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliany Salvatierra Machado  
Universidade Federal Fluminense

Dedico à minha querida e saudosa mãe, Izaura Pereira Romero (in memoriam), que em toda sua vida me incentivou, estimulou e me fez acreditar que é possível tornar sonhos em realidade, sem nunca perder a simplicidade.

## **AGRADECIMENTOS**

**A Deus**, por permitir a vida e todas as possibilidades que nela circundam.

**A minha família**, que soube compreender minhas constantes ausências e não me deixaram desanimar.

**A minha orientadora**, professora Dra. Greicy Mara França que me mostrou os melhores caminhos a serem trilhados e foi sempre parceira e incentivadora.

**Aos professores do mestrado**, por permitir os contatos teóricos e a possibilidade da reflexão.

**A professora Daniela Ota**, pelo incentivo, apoio e amizade desde a graduação.

**Aos colegas de turma**, que juntos dividimos angústias, alegrias e sonhos.

**A Ecoa**, que possibilitou vivências, formação e foi o palco de descobertas.

**A querida amiga Eliany Salvatierra**, que foi professora no ensino fundamental, incentivadora para meu ingresso no mestrado e grande parceira nessa árdua tarefa.

*"No Pantanal ninguém pode passar régua. Sobremuito quando chove. A régua é existidura de limites. E o Pantanal não tem limites" (Manoel de Barros).*

## RESUMO

A presente dissertação é um estudo sobre o uso da comunicação na significação e ou ressignificação de valores em relação ao meio ambiente. Tem como recorte o uso da internet e do Boletim Ecologia em Notícias, utilizado no período de 1997 a 2002, no Estado do Mato Grosso do Sul, pela ONG Ecoa, para pautar o embate político, econômico e social sobre a criação da Hidrovia Paraguai-Paraná, no bioma Pantanal. Objetiva-se através do referencial teórico dos estudos culturais, demonstrar o papel da comunicação na construção de valores. As propostas do projeto Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) visavam o desenvolvimento econômico para América do Sul e para realização de tais propostas seriam necessárias obras de infraestrutura e mudanças no leito e calha do Rio Paraguai que acarretariam em graves problemas socioambientais à região, despertando movimentos de mobilização e articulação para a formação de grupos de defesa do meio ambiente, tendo a comunicação como espaço para esse debate público. Conclui-se, a partir deste estudo, que os meios de comunicação podem ser os espaços da mediação e negociação na preservação do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Comunicação; Meio Ambiente; Pantanal; Mobilização Social.

## ABSTRACT

This dissertation is a study on the use of communication and signification or redefinition of values in relation to the environment. The object of study is internet and Ecology in News bulletin, for the period 1997-2002, in the state of Mato Grosso do Sul by NGO ECOA, in order to guide the press about the political, economic and social discussion about creating Waterway Paraguay-Paraná, in the Pantanal biome. Using theoretical framework of cultural studies aims to demonstrate the role of communication in building values. The proposed project Paraguay-Paraná (HPP) was aimed at the economic development for South America and for the realization of such proposals would be needed infrastructure works that changes the riverbed Paraguay River resulting in serious social and environmental problems in the region. This situation NGOs gathered to create groups of environmental protection using communication as a space for debate about the topic. It is concluded from this study that the media may be the spaces of mediation and negotiation in environmental preservation.

**Keywords:** Communication; Environment; Pantanal; Social Mobilization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do bioma Pantanal.....	42
Figura 2 – Mapa de Mato Grosso do Sul.....	42
Figura 3 – Foto aérea do rio Paraguai.....	44
Figura 4 – Países que compartilham o rio Paraguai.....	46
Figura 5 – Quadro: Seca Pantanal.....	48

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Justificativa.....	13
1.2 Objetivos e Metodologia.....	18
1.2.1 Objetivo Geral .....	18
1.2.2 Objetivos Específicos .....	18
1.2.3 Procedimentos Metodológicos .....	18
1.3 Estrutura da Dissertação .....	19
<b>2. AS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>20</b>
2.1 O funcionalismo: a formação para o mercado.....	20
2.2 A perspectiva crítica .....	21
2.3 Os estudos culturais: olhar da comunicação sobre a cultura .....	22
2.3.1 Cultura: a formação de valores .....	25
2.3.2 Um novo olhar: o espaço das discussões públicas .....	26
2.3.3 As novas tecnologias como espaço de significação e ressignificação .....	29
<b>3. MÉTODOS E TÉCNICAS.....</b>	<b>37</b>
<b>4. CONTEXTO HISTÓRICO: DO MEIO AMBIENTE À PROPOSTA DESENVOLVIMENTISTA .....</b>	<b>41</b>
4.1 O Pantanal .....	41
4.2 O Projeto Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) .....	45
4.2.1 Coalizão Rios Vivos .....	49
4.2.2 Em defesa da Vida – Ecoa .....	50
4.2.3 O Boletim Ecologia em Notícias .....	52
<b>5. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....</b>	<b>54</b>
5.1 Contexto: quem são os entrevistados .....	54
5.1.1 Como você se envolveu com a questão da Hidrovia?.....	55
5.1.2 Qual é a importância, o papel, da comunicação?.....	58
5.1.3 Qual foi o papel do boletim e da internet? .....	61

<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>74</b>
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA ALCIDES FARIA.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA ALYSSON ISHY.....</b>	<b>86</b>
<b>APÊNDICE C – ENTREVISTA ÉBER BENJAMIM.....</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICE D – ENTREVISTA YARA MEDEIROS.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE E – ENTREVISTA DÉBORA CALHEIROS.....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICE F – ENTREVISTA ALESSANDRO MENEZES.....</b>	<b>140</b>
<b>ANEXO A – BOLETIM ECOLOGIA EM NOTÍCIAS: ANO 1997.....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXO B – BOLETIM ECOLOGIA EM NOTÍCIAS: ANO 2001.....</b>	<b>144</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O cenário atual tem demonstrado que os processos de comunicação estão cada vez mais em rede e globalizados, contando com um aparato tecnológico de última geração. Os meios de comunicação, principalmente aqueles considerados de massa, possuem uma importância estratégica para a construção de uma nova relação homem e meio ambiente, uma vez que não evoluíram apenas em termos tecnológicos, como também, passaram a ter profundas repercussões em todas as ordens da vida social.

A comunicação, entretanto, pode se dar com um caráter educativo e conscientizador ou, por outro lado, manipulador, em que as informações podem ser controladas de forma inconsequente para atender a objetivos específicos. Isso porque os veículos de comunicação também são empresas e, por isso, sofrem influência do poder econômico.

Porém, nota-se que os veículos de massa não cumprem, por vezes, o papel de traduzir a associação do homem com o meio em que vive, uma vez que, em muitas situações, a função do jornalista nas sociedades democráticas se assemelharia, em determinados pontos, a do educador, responsável por impor certa clareza ao caos dos acontecimentos.

Exemplo disso é que a maioria da população relaciona o conceito de meio ambiente apenas com a fauna e a flora, já que os jornais, revistas, programas de televisão e rádio induzem a uma visão conservacionista do meio ambiente. Muitas vezes, inclusive, a maneira pela qual o meio ambiente é exposto pela mídia se dá de forma equivocada.

Para Mendonça (2009), no que diz respeito à capacidade de colocar os temas ambientais na agenda da grande mídia, há numerosas dificuldades em “pautar” jornais e revistas. Como alternativa, despontam as redes digitais, a internet. Por ser de fácil e amplo acesso, permitindo a circulação sem barreiras de todos os tipos de informação, ela se converte em uma expectativa de se tornar um espaço alternativo de circulação de opiniões como contraponto ao que é observado na grande mídia.

Segundo o autor, as diferentes formas de comunicação devem ocupar um papel privilegiado tanto em nível local, na reconstrução de subjetividades, quanto no

global, àquele que vai permitir a identificação com outras lutas e ampliar a capacidade de mobilização social.

No caso do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), tem-se o Pantanal que é, reconhecidamente, uma importante área de convergência de aves migratórias. Neste aspecto, as alterações na extensão, periodicidade e heterogeneidade espacial das inundações poderiam causar impactos que vão muito além dos limites regionais e, até mesmo, do continente em que se situa.

As atividades econômicas principais no Pantanal são a pecuária de corte, a pesca profissional e o turismo. Todas dependentes do bom funcionamento e da qualidade ambiental do sistema de áreas inundáveis/alagáveis da planície pantaneira e do rio Paraguai, seu principal canal de drenagem.

Em vista disso, as críticas mais comuns entre os pesquisadores que trabalham no Pantanal sobre a abordagem da mídia estão ligadas à superficialidade e à abordagem sensacionalista das notícias (MENDONÇA, 2009). Pouco se fala das populações e suas relações com projetos poluidores, do turismo predatório, das indústrias que se instalam na região e exigem campanhas permanentes de educação.

Na atualidade, vivencia-se uma pluralidade de movimentos sociais que se organizam no afã de defender direitos, valores e causas coletivas, criando novas formas de mobilização e cidadania. À medida que ampliam seus espaços de influência, ganham legitimidade e aumentam sua capacidade de convencimento e mobilização, prestando um importante serviço às causas que defendem.

Diante disso, ganha força a necessidade de se conhecer melhor os processos históricos, como forma de ampliação da percepção ambiental, e compreender as conquistas e o poder dos atores sociais quando adequadamente articulados.

No ano de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai formaram o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), que representa a maior base econômica dos países da América Latina, com um mercado formado por cerca de 200 milhões de pessoas e um produto regional bruto de US\$ 427 bilhões anuais (PACIEVITCH, 2011).

Nesse contexto, com o objetivo de formar um eixo de integração do Cone Sul, foi criada a proposta da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), um plano dos cinco países da Bacia da Prata (Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai) para transformar os rios Paraguai e Paraná em um canal industrial de navegação comercial.

O projeto Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) visava o desenvolvimento econômico da América do Sul e para realização de tal proposta seriam necessárias obras de infraestrutura e mudanças no Rio Paraguai, tanto no leito<sup>1</sup>, quanto em sua calha<sup>2</sup>, seja a calha maior ou a menor. De maneira geral, pode-se dizer que essas transformações acarretariam em graves problemas socioambientais à região, o que despertou movimentos de mobilização e articulação na formação de grupos de defesa do meio ambiente. Esses grupos tinham o desafio de dar visibilidade aos possíveis problemas e riscos ambientais e sociais do Pantanal face à proposta da hidrovia.

Acredita-se que o uso da internet como mediadora desse processo, permitiu que o que era uma problemática de interesse local, passasse a ser de interesse global, envolvendo outros atores na questão e mudando, assim, os rumos da proposta original de instalação da Hidrovia.

A partir dos estudos culturais, da mediação do debate público mediático e do uso da internet como espaço de significação e ressignificação procurou-se levantar relatos sobre o debate que ocorreu durante a proposta da criação da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP).

## **1.1 Justificativa**

Todo esse estudo começa com minha participação no processo de atuação e formação. Antes mesmo de confrontar as metodologias e ou conceitos de pesquisas em comunicação, o que despertou o interesse para o tema foi exatamente o fato de ter vivido a história, que no presente texto torna-se tema da pesquisa, e o que todo esse processo significou na formação pessoal e profissional do pesquisador que aqui relata e descreve.

Ainda adolescente, estudante do ensino fundamental de escola pública na periferia, tive contato com o tema meio ambiente. Tudo começou em maio de 1995 na escola Estadual José Barbosa Rodrigues, no bairro Universitário em Campo

---

<sup>1</sup> Depressão de terreno coberta pelas águas de um rio que nela corre normalmente.

<sup>2</sup> Calha maior, ou calha alargada, ou leito maior de um rio, é a maior largura que ele atinge na época das cheias, por inundação das terras ribeirinhas. Calha menor ou leito menor é a calha que ele ocupa na época das estiagens. Calha ou leito normal é a que ele ocupa normalmente fora dos períodos de cheias (inundações) ou estiagem.

Grande – MS. Um grupo de alunos, incentivados por alguns professores, resolveram diagnosticar as causas da degradação do córrego Bálamo.

O córrego Bálamo é um manancial na própria comunidade, que pertence à Bacia Hidrográfica Urbana do Lageadinho, que por sua vez pertence à Bacia do rio Paraná e que se junta à Bacia Rio da Prata, atravessando a cidade no sentido nordeste-sudeste, com cerca de 18 km de extensão.

Nesse primeiro momento os registros eram fotos e um vídeo, com duração de dez minutos, feito por esse grupo de estudantes, contendo depoimentos de moradores e impressões dos próprios alunos. Todo material coletado era apresentado em feiras de Ciências, tanto a da própria escola, como a Feira Estadual.

Com o título inicial “Bálamo: córrego ou esgoto?” surge a partir desse projeto a necessidade de realizar uma pesquisa sócio-econômica-ambiental para entender melhor a situação local dos ribeirinhos e, conforme publicado na revista ARCA (2009), constatou-se que:

- ⇒ 60 famílias moram as margens do Bálamo;
- ⇒ 83% renda mensal entre  $\frac{1}{2}$  e 2 salários;
- ⇒ 52% são crianças abaixo da idade escolar;
- ⇒ 45% são invasões;
- ⇒ Não passa caminhão de lixo;
- ⇒ 20% declaram que jogam o lixo direto no córrego;
- ⇒ Indústrias jogam esgoto e poluem o ar.

Com os resultados e contagiados pelo sentimento de pertencimento, os alunos, organizados no Bálamo Clube de Ciências, queriam mais e caminharam para a proposição de ações, realizações de mutirões de limpezas no córrego, levantamentos das espécies nativas da região, plantios de mudas e denúncias das agressões ambientais junto aos órgãos competentes.

Buscaram parcerias com outras Instituições, momento em que a ONG Ecoa se colocou à disposição como colaboradora nas ações, e através do Boletim Ecologia em Notícias contribui para divulgar as agendas, bem como socializar novas parcerias.

A Ecoa passou, então, a ser a referência e ponto de apoio para os encontros, colocou parte de seu recurso humano para ajudar e subsidiar estudos e documentos e integrar agendas com outras ONGs, nos colocando em grupos de discussão e trocas de experiências.

Depois desse passo de articulação entre ONGs foi elaborada, através de um concurso escolar, uma cartilha com a escolha da personagem “Nadadinho” e com o enredo: Salve Meu Lar. Um conto infantil de um peixinho que vive no Bálamo e sai pela comunidade em busca de ajuda. De texto infantil, impresso em papel sulfite, pintado à mão por crianças, surge a peça teatral: Nadadinho, um Sonhador. Essas se tornam ferramentas de mobilização e educação junto à comunidade do entorno do Bálamo, que reuniam, naquele momento, dez escolas e vários bairros.

Com uma perspectiva holística<sup>3</sup> o grupo formado desenvolve ações de doação de sangue, coleta seletiva de lixo, horta escolar, campanhas de agasalhos e alimentos, pois compreendíamos que meio ambiente deve ser respeitado por sua totalidade, e seus atores sociais devem ser os protagonistas de suas próprias histórias. Sabemos que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2006, p.67).

A mobilização feita pelos integrantes do Bálamo Clube de Ciências, que já participavam de eventos nacionais, por exemplo, o VIII Encontro Nacional de Clubes de Ciências na cidade de Nova Friburgo - RJ e os encontros da Coalizão Rios Vivos fez com que surgisse o convite do Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente, para participar de audiência com o Presidente da República em 1999, junto à outras experiências de Educação Ambiental do Brasil, formando a rede Protetores da Vida que contribuiu na formatação da Política de Educação Ambiental Brasileira.

A mudança de comportamento da comunidade, de alunos e até de indústrias; ações integradas com instituições públicas e privadas, maior envolvimento/participação da sociedade e cobranças junto a órgãos públicos e privados e referência de ações sociais tornaram possível a emenda ao orçamento do município (lei 10/2001) “incluindo a urbanização, canalização e drenagem do córrego Bálamo, no trecho Rua dos Democráticos à Rua Brigadeiro Thiago Tobias, numa

---

<sup>3</sup> A perspectiva holística defende que o homem é um ser indivisível, que não pode ser entendido através de uma análise separada de suas diferentes partes, é preciso considerar o todo.

extensão de 1.000 metros”, trecho mais antropizado (MATO GROSSO DO SUL, 2001).

Em 20 junho de 2001 ocorre o maior acidente ambiental de Campo Grande. Nove vagões de trem da empresa Novoeste tombam no km 824 da Estrada de Ferro da Capital, um vagão é perfurado e derrama cerca de 40 mil litros de óleo diesel exatamente na região da nascente do Córrego Bálsamo.

O papel de mobilização do Bálsamo Clube de Ciências entra novamente em ação. Em uma semana os estudantes reúnem um documento com 5.536 assinaturas pedindo a recuperação da área degradada e entregam nas mãos do Governador da época, José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT).

Para o fortalecimento institucional foi preciso ocupar espaços de decisão de políticas públicas. O Bálsamo passa a integrar o Fórum Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, a Rede Aguapé de Educação Ambiental, a Rede Cerrado de ONGs, a SOS Mata Atlântica, a Coalizão Rios Vivos e o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Campo Grande. Participando e pautando as questões ambientais da Cidade. A Constituição de 1988, em seu artigo 225 evidencia “impondo-se (...) à coletividade o dever de defendê-lo (meio ambiente) e preservá-lo” (BRASIL, 1988).

O córrego Bálsamo ainda agoniza por resquícios desse acidente, que mesmo após toda articulação da comunidade local e estudantes não teve seu Plano de Recuperação de Área Degrada (PRAD) efetivado, dada questões político-econômicas. O fato é que a sociedade não deve fechar os olhos diante de tais descasos. Como afirma a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795/99:

Art. 5º. – São objetivos fundamentais da educação ambiental: (...) IV. O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania (BRASIL, 1999).

Atualmente um dos maiores empreendimentos da cidade de Campo Grande - MS, a nova Rodoviária, está instalada nas cercanias do Bálsamo, o grupo se movimentou e solicitou medidas de compensação para o Córrego, e conseguiram garantir do poder público o investimento de R\$56 milhões para a construção do Parque Linear do Córrego Bálsamo (JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2008).

Percebemos que ao defender o Córrego Bálsamo, não teríamos êxito se ficássemos restritos apenas as questões locais. Era preciso entender o que significava o Bálsamo dentro da questão maior, que era o meio ambiente como um todo, inclusive dentro da Bacia do Prata, da correlação com o Pantanal. O envolvimento em agendas de outras ONGs, o agir em conjunto, a troca de experiências, a mobilização para atingir as mídias, tudo era fundamental para se atingir mudanças de comportamentos e resultados.

Foi a prática do fazer e entender a comunicação como chave para possíveis mudanças, através da vivência no movimento ambiental, estimulado pela Ecoa e a participação nos encontros da “Rios Vivos”, que me levou a cursar a graduação em Jornalismo na Universidade para o Desenvolvimento da região do Pantanal – UNIDERP, onde concluí o curso em 2005. Posteriormente ingressei no mestrado em comunicação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, inclusive me provocando ao tema apresentado.

A questão ambiental envolve relações múltiplas e complexas, “envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos” (BRASIL, 1999) como está citado na Lei 9795/99, a Lei da Política Nacional de Educação Ambiental. O meio ambiente deve ser concebido “em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico, e o cultural” (BRASIL, 1999). O homem não pode se sentir apenas o dominante, é preciso compreender a relação de cooperação e integração existente para a garantia da vida.

Feito esse relato sobre minha relação pessoal com o tema dessa dissertação que é base de toda minha motivação e justificativa pessoal para construção desta pesquisa, vale salientar que o estudo justifica-se, também, por acrescentar conhecimento científico na área de comunicação e meio ambiente e ainda por ser uma importante ferramenta histórica de registro de memória do caso Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP).

## **1.2 Objetivos e Metodologia**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Como objetivo geral, buscou-se demonstrar se a veiculação do Boletim Ecologia em Notícias, através da Internet, representou um espaço de significação e ou ressignificação de valores, contribuindo para a preservação do Pantanal.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- ⇒ Explicitar a complexidade da temática meio ambiente e contribuir para o entendimento correto do conceito;
- ⇒ Colocar em pauta na ciência a preservação ambiental;
- ⇒ Oferecer material teórico sobre o caso Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) e demonstrar a importância do tema;
- ⇒ Servir como registro histórico;
- ⇒ Compreender e demonstrar como era a produção e distribuição do Boletim e qual o papel que a internet desempenhou nesse processo;
- ⇒ Mostrar que a comunicação pode ser um espaço de significação e ressignificação de valores.

### **1.2.3 Procedimentos Metodológicos**

Como procedimento metodológico, primeiramente se buscou contextualizar o debate sobre a construção da HPP no Pantanal para que fosse possível entender o que foi o processo de debates e discussões para construção ou não da Hidrovia, apresentando o Pantanal e sua importância para o meio ambiente sul-americano.

Posteriormente apresentamos o projeto HPP e suas propostas, a Coalizão Rios Vivos – uma rede de organizações ambientais que tem como foco o associativismo e fortalecimento de ações ambientais e sociais na região pantaneira.

Apresentamos a Ecoa – ONG ambientalista e secretaria executiva da Coalizão da Rios Vivos, que atua como “ator social” nessa discussão e mais especificamente o Boletim Ecologia em Notícias, produzido pela Ecoa no período de 1997 a 2002.

Foram adotados como autores referenciais: Manuel Castells, John B. Thompson, Alain Touraine, Mauro Wilton de Sousa, Joviles V. Trevisol, Bernard Miége, Rovilson Robbi Britto, Jesus Martín-Barbero e Wilson Gomes.

Os principais atores que participaram da mobilização e que estiveram na oposição do HPP, foram entrevistados. São eles: Alcides Faria – Fundador da ECOA e ex-secretário executivo da coalizão Rios Vivos; Eber Benjamim – Jornalista e produtor do Boletim Ecologia em Notícias; Alysson Ishy – Jornalista e produtor do Boletim Ecologia em Notícias, Yara Medeiros – Jornalista e produtora do Boletim Ecologia em Notícias; Débora Calheiros – Pesquisadora da Embrapa e consultora da Rios Vivos e Alessandro Menezes, coordenador de mobilizações da Ecoa.

### **1.3 Estrutura da Dissertação**

A dissertação está estruturada da seguinte forma: Introdução – discorrendo uma visão geral da dissertação; Capítulo 1 – As pesquisas em comunicação no Brasil, apresentando os autores referências, discorrendo sobre o funcionalismo: a formação para o mercado; apresentando a perspectiva crítica; os estudos culturais: o olhar da comunicação sobre a cultura; o novo olhar: o espaço das discussões públicas; e as novas tecnologias como espaço de significação e ressignificação. No capítulo 2 apresentamos uma nova forma de olhar o processo comunicacional, através da metodologia proposta; no capítulo 3 mostra-se o contexto social que o debate público está inserido, apresentando o Pantanal, o projeto Hidrovia Paraguai-Paraná, a Coalizão Rios Vivos, a Ecoa e o Boletim Ecologia em Notícias. No capítulo 4, é feita a análise das entrevistas, logo em seguida conclusão, e finalizamos com referência bibliográfica; apêndice e anexos.

## 2. AS PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL

### 2.1 O funcionalismo: a formação para o mercado

Neste capítulo objetiva-se apresentar as principais tendências teóricas que nortearam as pesquisas no campo da Comunicação no Brasil. O estudo das teorias nos auxilia a perceber como a Comunicação entende o processo comunicacional e principalmente a relação que o receptor tem com os meios.

As pesquisas em comunicação no Brasil seguiram basicamente a seguinte periodização: na década de 1950 as pesquisas funcionalistas baseadas em métodos quantitativos de conteúdo dos meios, principalmente imprensa de audiências, IBOPE<sup>4</sup> e de efeitos; na década de 1960 pesquisas funcionalistas descritivas baseadas em métodos comparativos e de estudos de comunidades; na década de 1970 pesquisas funcionalistas descritas sobre política de comunicação nacional, comunicação e política; na década de 1980 pesquisas funcionalistas sobre aspectos sistêmicos da produção e da circulação da comunicação, espaço para elaboração de uma metodologia da comunicação, novas tecnologias, cultura e comunicação popular.

Para Mauro Wilton de Sousa (1995), o paradigma Funcionalista está focado na análise centrada no receptor. O receptor é apenas o alvo a ser atingido, que pode ser manipulado e controlado pela comunicação. Não se leva em conta sua história e nem o contexto que o mesmo está inserido, se preocupa apenas em descrever os meios e suas funções, trata-se da codificação e decodificação da comunicação. O receptor é descrito por mecanismos de controle, persuasão e poder que atuam sobre ele, é tratado como dependente na relação emissor-receptor.

Para se conseguir um controle social sobre a massa, fenômeno das novas sociedades urbano-industriais, não se trabalhava diretamente com a massa, mas com os indivíduos, indagando sobre suas carências, desejos e necessidades. Esse uso instrumental do indivíduo, e também de grupos sociais, garantiria o uso instrumental dos meios de comunicação numa sequência em que a lógica do sistema socioeconômico de produção ficaria preservada (SOUSA, 1995, p.17).

---

<sup>4</sup> Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística.

O funcionalismo busca um conjunto organizado de estruturas, com ideia básica de totalidade e interdependência. Ao defender essa estrutura invariante em um grupo social, esquece as transformações dos fenômenos. A sociedade é vista como sistema dinâmico de atividades repetitivas, parte do pressuposto de um sistema inter-relacionado, em equilíbrio dinâmico, as ações são padronizadas e repetitivas, visa à manutenção e continuidade da estabilidade, do sistema. E os meios de comunicação exercem ações para manter a padronização, a harmonia, o equilíbrio, e podem ser funcional ou disfuncional.

Os meios de comunicação eram vistos como agentes desse processo não só pelo capital que os criava e mantinha, ou pela tecnologia de que se serviam, ou mesmo pelos produtos que veiculavam, mas pela lógica de concepção de vida que alimentavam e pelo lugar cultural que passavam a ocupar na vida cotidiana de pessoas e grupos sociais (SOUSA, 1995, p.19).

Em Mato Grosso do Sul, nas Universidades, sobretudo particulares, nota-se por observação direta e própria vivência, que estão até hoje voltadas para a formação de mercado, tendo como eixo norteador o funcionalismo.

## **2.2 A perspectiva crítica**

No Brasil até final da década de 1980 toda pesquisa em comunicação era de denúncia, até mesmo devido às questões políticas do País à época, tinham como referencial teórico os estudos Frankfurtianos, o objetivo era denunciar que os meios de comunicação estavam sempre a serviço da manutenção do sistema capitalista (ADORNO, 2002).

Para a teoria crítica, ou teoria da dependência, é através da razão que o individuo tomará consciência e se despertará. É através da tomada de consciência que há a libertação do sujeito. Ela denuncia o sistema e os meios de comunicação como mantenedores do sistema. Vê o individuo não apenas como reificado, como coisa ou alvo a ser atingido, mas como algo que precisa tomar consciência e se libertar.

Alan Touraine (1994) classifica o “individuo”, como o Ser a ser tratado em seu aspecto físico e psíquico, o “sujeito” é o que leva em conta seu aspecto físico, psíquico e histórico social, e o “ator social” é o sujeito que atua, intervém, na

sociedade através de suas ações. A perspectiva crítica toma o indivíduo como o Ser da consciência, porém essa só é consciência quando consciente de si.

A teoria da dependência revela o sistema onde os meios estão inseridos e colaborando. Sousa aponta que para essa perspectiva era necessário desnudar os meios de comunicação e resgatar o receptor:

Cabia resgatar o receptor dessa reificação impingida pelo sistema, mediante a sua conscientização do processo de dominação em vigor; pela denúncia, resistência e ação concreta, seria possível a mudança desse quadro de poder. Os meios de comunicação, em especial, tinham que ser desnudados na cooperação estabelecida com os interesses do Estado, no envolvimento com capitais estrangeiros e no processo alienante e devastador que exerciam sobre a cultura (SOUSA, 1995, p.19).

Mesmo fazendo crítica ao sistema, a perspectiva crítica também olha para o indivíduo como passivo, manipulável e busca despertar essa consciência da dominação, explicitando que os meios de comunicação estão sempre a serviço da manutenção do sistema opressor e dominante. Ela se propõe a leitura crítica dos meios, partindo da consciência para a tomada de decisão.

Entende o indivíduo como parte da massa, agente passível e manipulável, ideia também defendida pelo funcionalismo, mas aqui a manipulação se dá através da política, da alienação e da desapropriação dos bens simbólicos e culturais. Enquanto o funcionalismo identificava o desejo e usava esse desejo para manter o capitalismo, gerando os produtos de consumo, a chamada Indústria Cultural, a teoria da dependência questiona, critica, denuncia essa relação na comunicação.

Uma visão de esquerda que formou vários comunicadores que passaram a trabalhar com comunidades populares ensinando a leitura e produção dos meios. Perspectiva justificável pelas pressões políticas e ideológicas da época.

### **2.3 Os estudos culturais: olhar da comunicação sobre a cultura**

Os estudos culturais defendem que os estudos da Comunicação não devem ficar restritos à discussão ideológica ou econômica. A partir de Marx, é retomado o estudo de como se negocia e se exerce o poder político nas modernas sociedades. E desde Gramsci são apontados os caminhos de como cultura e ideologia, sempre

segundo referenciais de classe social, encontram na sociedade civil o espaço de negociação do poder, e, na sociedade política, o espaço de seu exercício.

A teoria da hegemonia não elimina a prioridade de análise dos conflitos sociais e psicossociais, mas destaca os interlocutores do processo de negociação política no interior das classes sociais, identifica os espaços dessa negociação e, dessa forma, atualiza a análise das modernas interações entre infraestrutura econômica e superestrutura política, redirecionando a relação entre ideologia e cultura (SOUSA, 1995, p.26).

Na perspectiva crítica o sujeito pode ser entendido como indivíduo com consciência, mas que precisa ter a tomada dessa consciência para se tornar sujeito. Na perspectiva dos estudos culturais, o sujeito é visto com outro olhar, ele não deixa simplesmente de ser passivo e se torna ativo, ele é repensado.

Embora esse “quem” da comunicação, esse sujeito, teoricamente ainda não esteja configurado, sabe-se que ocupa um espaço contraditório, o da negociação, o da busca de significações e de produções incessantes de sentido na vida cotidiana.

O receptor deixa de ser visto, mesmo que empiricamente, como consumidor necessário de supérfluos culturais, ou produto massificado apenas porque consome, mas resgata-se nele também um espaço de produção cultural; é um receptor em situações e condições, e por isso mesmo cada vez mais a comunicação busca na cultura as formas de compreendê-lo empírica e teoricamente. Esse receptor é percebido de forma melhor no mundo da cultura em produção, mais popular, em que a própria comunicação se encontra, surgindo novas chances para o encontro do sujeito (SOUSA, 1995, p.27).

A ideia não é mais denunciar os meios, revelando o que a mídia estava se propondo a fazer com a comunicação e principalmente com a produção de significados na cultura. E sim repensar o papel da comunicação. A pergunta central passa a ser como a sociedade se organiza, se movimenta, e qual é o papel da comunicação nesse espaço? Muda-se o foco da função para o papel social dos meios de comunicação.

Os meios de comunicação são vistos, no caso, não apenas como veículo, mas como expressão de uma instância pública que indaga, e também reconhece os espaços de construção de valores, ainda que grupais. Tais espaços são ao mesmo tempo de negociação e de debates, já que os valores, longe de ser expressão de

sentido dado apenas pelo produtor ou pelo receptor, são o que exprimem o processo no qual ocorrem (SOUSA, 1995, p. 35).

Para os estudos culturais o papel da cultura não é reduzido apenas à produção de bens artísticos, mas cultura como espaço de produção de significados. A comunicação é vista como atravessamento cultural, e os meios não como produtores de informação, mas os meios como mediadores, negociadores de produção de significados. Não é troca, ou intermediação de conflitos, é produção de significação ou ressignificação. O ser humano valora, e ao valorar produz significado, e ao produzir significado produz cultura. O campo da comunicação é, então, o espaço da significação e ressignificação.

Antes de criticar o consumo dos produtos culturais Martin-Barbero (2009) tentou entender as relações que se estabelecem por meio do consumo dos produtos culturais dos meios de comunicação de massa. A operacionalização de um conceito expandido de cultura, isto é, que inclui as formas nas quais os rituais da vida cotidiana, instituições e práticas, ao lado das artes, são constitutivos de uma formação cultural, rompendo com um passado em que se identificava cultura apenas com artefatos.

A extensão do significado de cultura - de textos e representações para práticas vividas e suas implicações na rígida divisão entre níveis culturais distintos - propiciou considerar em foco toda produção de sentido.

Na perspectiva dos estudos culturais o sujeito da comunicação é ativo, admite-se a sua capacidade de julgar, distinguir e decidir práticas que lhe são propostas pelos media e pela sociedade, bem como, percebê-las e transformá-las no seu mundo vivido, significá-las e ressignificá-las. O sujeito é histórico e produz cultura.

Os estudos culturais trouxeram para o campo da comunicação outra forma de olhar o processo comunicacional. Por exemplo, o desenvolvimento dos meios de comunicação produziu novas formas de visibilidade mediada. O sociólogo John Thompson (2011) defende que devemos abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos de mídia são expectadores passivos e que a recepção seja acrítica, que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água.

O olhar sistêmico para a sociedade faz com o que os meios de comunicação sejam um novo espaço público, não apenas como o espaço em si, mas como o “lugar” das discussões públicas, da visibilidade e até mesmo da invisibilidade.

### 2.3.1 Cultura: a formação de valores

Não se pretende, nessa dissertação, discorrer pelo processo histórico que remete o termo cultura, passando de sua origem voltada ao designar plantas e animais e depois como elemento de distinção entre as camadas sociais. Remete-se, aqui, à adoção do conceito de cultura defendido por John Thompson (1995) no livro “Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa”. Onde o autor define a cultura como:

uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações verbais, símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem. Em sentido mais amplo, o estudo dos fenômenos pode ser pensado como o estudo do mundo sócio histórico constituído como um campo de significados (THOMPSON, 1995, p.165).

Não resumindo cultura à manifestação artística ou bem cultural, mas ao contexto e a construção de significados ou ressignificação que o homem produz no contexto histórico-social em que se encontra. Essa pesquisa se norteia e compartilha da ideia de Thompson ao afirmar que:

O processo de recepção não é um processo passivo de assimilação; ao contrário, é um processo criativo de interpretação e avaliação no qual o significado das formas simbólicas é ativamente constituído e reconstituído. Os indivíduos não absorvem passivamente formas simbólicas, mas, ativa e criativamente, *dão-lhes um sentido* e, por isso, produzem um significado no próprio processo de recepção (THOMPSON, 1995, p.201).

O homem é um sujeito histórico-social, vive em um contexto que não pode ser desprezado. Ao produzir suas manifestações, valora, e ao valorar produz significados. Produzindo significados ele aceita e ou rejeita, incorporando, ou não, na sua cultura tais valores. Este conceito de cultura é o que permeia nossa pesquisa.

### 2.3.2 Um novo olhar: o espaço das discussões públicas

Os estudos culturais nos fazem perceber que os meios de comunicação podem ser um novo espaço para significação e ressignificação das discussões públicas, tese defendida por Mauro Wilton de Sousa no livro “Recepção Mediática e Espaço Público: Novos Olhares” (2006).

O uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, bem como novas maneiras de exercer o poder, que está mais ligado ao compartilhamento do local comum. Assim, são estabelecidas novas possibilidades de interpretação do “público” e do “privado”, transformando as formas de visibilidade.

Tecnologias cada vez mais sofisticadas fornecem uma série de dispositivos poderosos que podem ser utilizados para aumentar o vazamento de um comportamento que é próprio de áreas recônditas para áreas frontais onde, com as atividades da mídia e de outras organizações, ele pode ser transformado em eventos extremamente visíveis (THOMPSON, 2011, p.17).

Não se pode perder de vista que a imprensa de opinião teve um papel importante na reorganização do espaço público, desde as primeiras sociedades democráticas. Bernard Miége (1999), por exemplo, faz com que lembremos que, em períodos diversos em torno da imprensa de opinião se organizavam os espaços públicos, conforme experiências antecedidas apenas pela Inglaterra, no continente Europeu, e Estados Unidos.

Para o autor, o advento das novas mídias, entre elas a televisão, a relação do se tornar “visível” ou “invisível” estava diretamente relacionada ao aparecer na televisão, de forma que aqueles – quer fossem pessoas, movimentos ou ações – que não tivessem o seu momento de aparição, não angariavam credibilidade à sua causa ou ação.

As mudanças estabelecidas pelas novas mídias alteram essa relação, de forma que, “se a televisão havia imposta a ordem de visibilidade social (quem não aparece na televisão não existe) agora é o sujeito quem organiza seu dispositivo de identidade” (VILCHES, 1999, p.13).

As relações de público e privado passam a sofrer interferências diretas das novas tecnologias e chega-se a dimensionar o que seria o novo espaço público,

ligado à sociedade contemporânea dos meios de comunicação, quase que na acepção de um ambiente marcado pela comunicação mediática. Sousa (1999) alerta para o risco de se tornar reducionista a análise do espaço público vinculado apenas a público-político, às atividades contemporâneas do poder, quando as demandas sociais se fazem intensas. Pois:

O espaço público não se define mais só pela argumentação, pela força social do debate, mas também pela presença dos condicionantes do mundo simbólico, a mediação da cultura, como também pela pluralidade de instituições que compõem os diferentes campos da vida social, inclusive os da comunicação (SOUSA, 1999, p. 21).

Mesmo que a função de facilitador do debate e das trocas de opiniões, além das práticas argumentativas possam ter diminuído, o espaço público se perpetua, amplia-se, pois são participantes todas as classes e categorias sociais, evidentemente que de diversos modos. Miége acredita que “as funções do espaço público se estendem regularmente e que ele tem tendência a se fragmentar” (MIÉGE, 1999, p.10).

Entender essa relação do espaço público mediado exige olhares de todos os campos, a sociedade muda junto com essas relações e compreende-las é fundamental.

Sabemos que como em toda etapa histórica, nos encontramos na era da transição, ou migração digital, cuja duração não se pode prever. Os cientistas e os profissionais da comunicação são chamados a serem vigilantes diante da evolução e das repercussões culturais e sociais das telecomunicações, das redes de conhecimento estruturadas em torno da Internet e da adaptação ou transformação dos meios de comunicação tradicionais. As teorias da comunicação devem servir para compreender as práticas comunicativas da indústria e da sociedade que são inseparáveis da migração digital. Para compreender que há uma revolução digital e que as culturas têm suas próprias formas de compreender sua relação com os outros, com a tradição, religião, as línguas etc. A era digital comporta trocas estruturais. O conteúdo e a forma dos meios de comunicação, os sistemas de circulação do conhecimento e os vínculos que têm a rede social começaram a serem transformados (VILCHES, 1999, p.5).

A discussão entre público e privado sofre mudanças desde a Grécia Clássica, passando da discussão sobre a vida da *pólis*<sup>5</sup>, quando os cidadãos discutiam em reuniões públicas questões de interesse comum, ao desenvolvimento do direito romano, separando a lei pública de privada, e da concepção de *res publica*<sup>6</sup>. À medida que as antigas instituições cediam lugar às novas, os termos “público” e “privado” começaram a ser usados com sentidos novos.

Segundo Habermas (*apud* SOUSA, 1999), o espaço público é a esfera de pessoas privadas reunidas em público, o “lugar”, na acepção geográfica da palavra, onde se desenvolve o exercício de tornar público, publicizar ideias, conceitos e vontades, até então privadas, de grupos, diante de problemas e situações comuns a todos, principalmente no que se refere aos assuntos de poder e da gerência da coisa pública.

De acordo com a perspectiva habermasiana, essa concepção teve início na “Ágora” grega, chegando aos salões, palácios, cafés e outros espaços comuns na idade moderna, passando por instituições governamentais.

Atualmente, fala-se de esfera pública midiática (SOUSA, 1999). A discussão de espaço público passa, então, pelos meios de comunicação de massa; da imprensa escrita à internet. É concebido como o âmbito social no qual são debatidos temas relativos à coletividade.

Ao tomar a linha de pensamento de Bobbio (1987, *apud* Sousa, 1999) pode-se dizer que “público” significa “aberto” ou “acessível ao público”. No sentido de ser visível, observável, realizado na frente de espectadores para que muitos vejam ou ouçam, e “privado” aquilo que se esconde da vista dos outros, o que é feito em segredo ou entre um círculo restrito de pessoas.

A partir das reflexões sobre esfera pública midiática e principalmente da perspectiva dos estudos culturais é que tomamos como fato que a internet, pode ser uma rede de discussões e circulação de informações. Repertório de ideias, que pode atingir um grande número de pessoas, mesmo que estas não estejam no mesmo local.

Atualmente, as estruturas de transição da sociedade contemporânea, a grande diversidade econômica e sociocultural, os mais diferentes grupamentos

---

<sup>5</sup> Conceito de cidade-estado na Grécia antiga.

<sup>6</sup> Significa “algo público”, da população. É a origem da palavra república.

humanos e, principalmente, o papel de novas tecnologias de comunicação, produção e divulgação da informação têm proporcionado modificações nas relações de poder e produzido novas formas de organização social e de participação política dos indivíduos.

É clara a diferença do espaço comunicacional produzido pelos *media* em comparação ao que gerou o espaço público burguês pensado por Habermas, mas não o é suficientemente para determinar o fim do espaço público na sociedade atual, já que os *media* exercem, em alguns momentos, o espaço de publicização e “formação da opinião e a crítica do público” (LINHARES, 2006, p.159).

Assim, amplia-se o número de atores partícipes dos processos decisórios, surgem novos cidadãos e novas formas de contribuição, diferentes daquelas fundadas em instâncias políticas institucionalizadas, profundamente marcadas por antigas relações de poder unilaterais e verticalizadas.

Os atores sociais constroem, dentro de suas possibilidades, novas formas de pertencer ao grupo mais próximo da satisfação de seus desejos e necessidades econômicas, sociais, políticas e, principalmente, culturais. Ao mesmo tempo em que há novas formas de pertencimento, novas estruturas de ação e reação aos processos dominantes do capital, cada indivíduo é levado a se pensar cada vez mais como indivíduo social e, de forma ativa, a fazer suas as normas de pertencimento social, defende Miége (1999).

É essa objetivação que dá sentido às práticas sociais, tanto quanto é através dos meios de comunicação que são legitimados muitos dos seus elementos. Como defendeu Touraine (1994), os homens fazem sua história, “mas eles a fazem através de conflitos sociais, ao mesmo tempo que a partir de orientações culturais” (TOURAINÉ, 1994, p.378).

Assim, podemos refletir que o espaço público se constrói no “mundo da vida” e se concretiza no ato comunicativo, dinâmico e mutável, que depende das interações e mediações possíveis de serem produzidas pelos indivíduos. Entre as mediações estão àquelas estabelecidas pelas novas tecnologias de comunicação.

### **2.3.3 As novas tecnologias como espaço de significação e ressignificação**

As pesquisas em comunicação até meados de 1990 estudavam as mídias, como o impresso, o rádio, a TV, mas a chegada da internet, como nova tecnologia, faz

com que os pesquisadores repensem as pesquisas e inclusive o olhar sobre essa nova tecnologia. Na trilha dos estudos culturais a internet passa a ser vista como fenômeno e também como instrumento comunicacional.

Numa sociedade plural e profundamente diversificada, a internet é um espaço em que o outro pode se constituir. Há sempre um nicho, um “domínio” a ser conquistado. Mesmo que esse espaço ainda não seja plenamente utilizado por todos, não deixa de representar um espaço político e um espaço público, fruto de uma nova racionalidade comunicativa, formado a partir das relações cotidianas, mesmo que virtuais.

Para Linhares (2006), as novas formas de comunicação e os novos aparatos tecnológicos vêm contribuindo para complexificar esta realidade, proporcionando diferentes leituras e/ou interpretações de seu papel/importância para as relações contemporâneas.

No caso das tecnologias da comunicação, a internet representa muito bem essa realidade e cria novas necessidades e situações que nos possibilitam compreender a sociedade a partir de seus elementos, das formas de manifestação pública, de sua relação e convivência com a técnica, da compreensão dos processos de mediação (LINHARES, 2006, p.176).

Na mesma vertente de pensamento, Sousa (1999) adverte que:

A comunicação mediatizada exerce seu papel de mediação entre o indivíduo e a sociedade, em espaços plurais, onde formas distintas de acesso, individual ou coletiva, de alguma forma interferem na criação e na circulação de sentidos, na configuração de práticas, donde seu lugar, enquanto comunicação mediatizada, na construção dessas práticas, e por isso mesmo, práticas públicas com apropriações e canais de acesso diferenciados. São mediações presentes e em mudanças (SOUSA, 1999, p.27).

Por sua própria constituição, a mídia tradicional não é espaço de discussão, mas de convencimento, de exposição pública das opiniões das classes dominantes, de tentativa de naturalização dessas opiniões como sendo de toda a sociedade. Ela é o espaço público de embate apropriado e utilizado (BRITTO, 2006). Pois, “ao utilizar da mídia de maneira funcional, os setores hegemônicos buscam claramente a persuasão, a conquista dos demais setores para seus intentos e para um modo de vida baseado em seus preceitos” (BRITTO, 2006, p.203).

Para esse autor, amplas e distintas parcelas da população se relacionam com a mídia tradicional, mas não é uma relação de submissão e de passividade, e, sim de conflito – em alguns momentos banais e, em outros, completamente antagônicos.

Convivem, portanto, nem sempre amistosamente, duas esferas sociais distintas: os espaços públicos parciais de debate e vivência, com seus laços lastreados no cotidiano e no real vivido, e o espaço público mediático, com seus laços simbólicos baseados no real mediático, no “comum social” mediado pelas técnicas de comunicação (BRITTO, 2006, p. 204).

E essa ação em busca da visibilidade, dos espaços públicos, pode se concentrar em indivíduos e/ou, principalmente, grupos articulados, organizados e com o mesmo interesse, o que pode ser chamado, de acordo com Scherer-Warren (2006), de coletivos em rede, assim definido:

Coletivo em rede refere-se a conexões numa primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou, mesmo, estabelecer estratégias de ações conjuntas, como são, por exemplo, os links e conexões que ONGs promovem entre si ou com outros atores políticos relevantes, através da Internet ou de outras formas de mídia alternativa. (...) os coletivos em redes poderão ser formas solidarísticas ou estratégicas de instrumentalização das redes de movimentos, seja em sua forma virtual, redes de ONGs diversas no ciberespaço, sendo propulsoras de movimentos específicos, como o feminista, o ecologista, etc.; ou em forma presencial, as grandes marchas pela paz, por exemplo, constitutivas do movimento mundial pela paz. Portanto, não definem por si mesmos um movimento social, mas são partes constitutivas dos movimentos sociais na sociedade da informação (SCHERER-WARREN, 2006, p. 216).

Por suas possibilidades técnicas, o ciberespaço pode ambientar o embate, praticamente inexistente nas mídias tradicionais, entre as classes e setores da sociedade, que têm interesses distintos e, muitas vezes, antagônicos (BRITTO, 2006).

Esse caminho permite às pessoas atuarem como sujeitos sociais através do ciberespaço, a partir de sua cultura local e vivida, nas dimensões do regional, nacional e global. Sendo assim configurado um espaço mediático como arena de negociação neutra da sociedade. Scherer-Warren (2006) não entende o ciberespaço como uma esfera dissociada dos embates sociais concretos e, sim, uma relação de

confluência, de acréscimo e de sinergia entre o concreto e o virtual. Isso seria resultante, de um lado, da progressiva hibridação tecnológica e, de outro, do somatório de possibilidades que nenhuma das partes, isoladamente, alcançaria. Scherer-Warren esclarece:

As redes sociais primárias, interindividuais ou coletivas, caracterizam-se por serem presenciais, em espaços contíguos, criando territórios no sentido tradicional do termo, isto é, geograficamente delimitados; enquanto as redes virtuais, resultantes do ciberativismo, são intencionais e transcendem as fronteiras espaciais das redes presenciais, criando portanto, territórios virtuais cujas configurações se definem pelas adesões a uma causa ou por afinidades políticas ou ideológicas. Todavia, elas poderão vir a ter impacto sobre as redes presenciais e vice-versa, numa constante dialética entre o local e o mais global, entre o presencial e o virtual, entre o ativismo do cotidiano e ciberativismo digital, podendo vir a auxiliar na formação de movimentos cidadãos planetarizados (SCHERER-WARREN, 2006, p.219).

A internet para Manoel Castells (1999) é o espaço onde grupos de pessoas se comunicam, compartilham experiências, temas afins e se esforçam para atingir objetivos comuns. Castells ainda desenha um cenário em que os modelos, atores e locais da revolução tecnológica, operando em níveis diversos, conseguem equilibrar a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação dos fatos que contam as raízes sociais desta revolução.

Desta forma, nasce um novo paradigma da tecnologia da informação, tendo como característica o aprimoramento do indivíduo. Esse será um pré-requisito básico para a tecnologia continuar avançando sem prejudicar a qualidade de vida do homem e a segurança da própria humanidade, visto que as ferramentas e as máquinas são inseparáveis da evolução da natureza humana.

No processo acelerado da informatização da sociedade, o homem está perdendo gradualmente o consenso sobre os princípios, valores e tradições. Por isso, o maior desafio da sociedade é, justamente, lapidar este novo paradigma. Temos à nossa frente dois grandes agentes de transformação dos homens e das estruturas sociais: por um lado, *a tecnologia*, e por outro *a informação*.

A sociedade em rede se caracteriza pela globalização das atividades econômicas decisivas e sua organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do trabalho, bem como por sua individualização; pela chamada cultura da “virtualidade real”.

Há também a transformação das bases materiais da vida: o espaço e o tempo, mediante a constituição de um espaço de fluxos e de um tempo atemporal, e a internet figurando apenas como um instrumento que estimula e não muda certos comportamentos – no sentido contrário, tem-se que o comportamento é o agente de mudança da internet.

A sociabilidade está se transformando em uma nova maneira de relação pessoal, por meio da qual se formam laços eletivos diferentes daqueles formados no trabalho ou no ambiente familiar (CASTELLS, 1999).

Podemos, seguindo esse pensamento, então compreender que as redes, enquanto estratégia de comunicação e de “atribuir poder” (empoderamento) da sociedade civil, são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas dos movimentos sociais. Na sociedade da informação, teriam a capacidade de difusão das informações de forma mais ampla e rápida, conectado às iniciativas locais com as globais e vice-versa.

Touraine (1994) observa que o sujeito se coloca por oposição à lógica do sistema. “O Sujeito e o sistema não são universos separados, mas movimentos antagônicos” (TOURAINÉ, 1994, p.377), atores sociais e políticos que se enfrentam, mesmo quando as demandas do Sujeito não são tomadas em consideração por agentes políticos e quando os grandes sistemas de produção fazem crer a muitos que eles não são, senão, os agentes da racionalidade econômica, até mesmo servidores do público. Ou seja:

A sociedade não pode mais ser definida como um conjunto, de instituições ou como o efeito de uma vontade soberana; ela não é a criação da história, nem de um Príncipe; ela é um campo de conflitos, de negociações e de mediações entre a racionalização e a subjetivação, que são as duas faces complementares e opostas da modernidade (TOURAINÉ, 1994, p. 377).

E é enfático ao dizer:

Não confiamos mais no progresso; não acreditamos mais que o enriquecimento traz consigo a democratização e felicidade. À imagem liberadora da razão sucedeu o tema inquietante de uma racionalização que concentra no cume o poder da decisão. Cada vez mais tememos que o crescimento destrua equilíbrios naturais fundamentais, aumente as desigualdades em nível mundial, imponha a todos a corrida esgotante às mudanças (TOURAINÉ, 1994, p.391).

Pois, “o Sujeito não se define nem se constrói a não ser como ator de conflitos sociais, ao mesmo tempo que como criador de historicidade” (TOURAINÉ 1994, p. 380). Com o advento das novas mídias, cada vez mais as pessoas têm acesso àquilo que Thompson (2012) chamou de “conhecimento não local”, que elas incorporam reflexivamente em seu processo de autoformação.

Com as novas tecnologias mudam-se as formas de visibilidade, como aponta Lorenzo Vilches “o desenvolvimento das redes digitais de Internet e a telefonia prosseguem a tendência da visibilidade e da transparência dominante na modernidade” (VILCHES, 2002, p.13). Vivemos a chamada revolução tecnológica, que muda a nossa forma de produzir e de comunicar. Surgem, assim, as comunidades virtuais, as quais Castells (1999) denomina “sociedade em rede”.

Na era de alta visibilidade midiática, o domínio público se tornou um espaço complexo de fluxo de informação no qual palavras, imagens e conteúdo simbólico competem pela atenção à medida que indivíduos e organizações procuram ser vistos e ouvidos ou, ainda, impedir que outros o sejam.

Obter visibilidade na mídia é ganhar uma espécie de presença ou reconhecimento no espaço público, que pode ajudar a chamar a atenção para nossa situação ou fazer avançar nossa causa. Proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades.

Os meios de comunicação não são apenas transmissores neutros que transmitem informação ou conteúdo simbólico de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) para outro – uma espécie de esteira transportadora de significados, por assim dizer; ao contrário, quando novos meios de comunicação são desenvolvidos e introduzidos, eles mudam as maneiras pelas quais os indivíduos se relacionam uns com os outros e com eles próprios (THOMPSON, 2011, p. 8).

Paralelamente aos esforços que grupos empreendem para modificar as relações com os indivíduos e outros grupos na sociedade e, também, com as instituições existentes, a luta por visibilidade é fundamental. Obviamente, os atores cívicos (população em geral), particularmente os chamados “contra-públicos subalternos” – minorias e grupos dominados, como Maia (2006) propõe –, enfrentam graves obstáculos para formular seus interesses em importantes arenas de discussão, incluindo a arena midiática. Como atores políticos (tomadores de decisão), eles também precisam estabelecer estratégias e negociar com os

profissionais da mídia, a fim de “atravessar” este campo e conferir “existência pública” às suas causas.

Na sociedade contemporânea, esta é a forma mais poderosa para disseminar informações para uma audiência ampliada, para além da própria comunidade ou do ambiente compartilhado, e, conseqüentemente, buscar interferir no entendimento coletivo sobre os problemas percebidos (MAIA, 2006). Como bem pontuou Wilson Gomes “em suma, a esfera civil pode discutir o que quiser e quanto o queira, mas quem decide é a esfera política” (Gomes, 2006. p.58).

Sobre a conquista do espaço de visibilidade podemos, conforme o pensamento de Leal (2006, p.3), dizer que “muito de sua presença ou participação nos espaços de deliberação ou na mídia vem do reconhecimento da importância da sua comunidade, em nome do qual eles se manifestam”.

Mesmo que ainda sendo movimentos e ou ações frágeis, não afirmados dentro do conceito de identidade, passam a existir e conquistar espaços através da linguagem, pois no momento de sua manifestação pública, os agentes fazem com que elas existam na linguagem.

Na produção de formas simbólicas e na sua transmissão para os outros, os indivíduos geralmente empregam um *meio técnico*. “O meio técnico é o substrato material das formas simbólicas, isto é, o elemento material com que, ou por meio do qual, a informação ou conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor ao receptor” (THOMPSON, 2011, p.44). E os indivíduos que empregam um meio devem conhecer, até certo ponto, as regras e os procedimentos. O domínio destas regras e procedimentos não exige, necessariamente, a capacidade de formulá-los de modo claro e explícito, apenas a habilidade de usá-los na prática.

O que Thompson traz à luz é que quando indivíduos codificam ou decodificam mensagens, eles empregam não somente as habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas, também, várias formas de conhecimento e suposições de fundo, que fazem parte dos recursos culturais que trazem para apoiar o processo de intercâmbio simbólico.

Estes conhecimentos e pressuposições dão forma às mensagens, à maneira como eles as entendem, relacionam-se com elas e as integram em suas vidas. O processo de compreensão é sempre uma ação recíproca entre as mensagens codificadas e os intérpretes situados, e estes sempre trazem uma grande quantidade de recursos culturais de apoio a este processo.

Em termos de visibilidade ou invisibilidade, Thompson (2011) defende que a tradição oral e a interação face a face continuam a desempenhar um papel importante na elaboração de nossa compreensão do passado, mas elas operam cada vez em conjunto com um processo de compreensão que se serve mais de conteúdo simbólico presente nos produtos das indústrias da mídia e das novas tecnologias, nas relações mediadas. “A simultaneidade ganhou mais espaço e se tornou finalmente global em alcance” (THOMPSON, 2011, p.59).

As novas tecnologias, sobretudo a internet não pode deixar de ser esse espaço de visibilidade e dos conflitos sociais, pois, como disse Touraine (1994), “a modernidade é refratária a todas as formas de totalidade, e é o diálogo entre a razão e o Sujeito, que não pode ser rompido nem terminado, que mantém aberto o caminho da liberdade” (THOMPSON, 2011, p.394).

### 3. MÉTODOS E TÉCNICAS

A opção metodológica aqui proposta baseou-se em duas partes de um processo. Inicialmente a pesquisa exploratória, constituída pelo levantamento bibliográfico e em seguida pela pesquisa de campo, na intenção de buscar e anexar o máximo de informações possíveis ao projeto.

Na segunda parte do processo, já com os dados adquiridos e com aplicação de entrevistas abertas para coleta de informações além da bibliografia existente, inicia-se a etapa posterior de interpretação e percepção dos resultados científicos obtidos através das informações adquiridas constituindo, portanto, uma pesquisa qualitativa.

Mas o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis (BONI; QUARESMA, 2005, p. 70).

Para adquirir o conhecimento de fontes necessárias na pesquisa bibliográfica foi traçada a estratégia de busca em todos os meios possíveis: textos em livros, artigos científicos, *sites*, e documentos impressos e digitais variados.

Em linhas gerais a pesquisa bibliográfica é um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Ela abrange: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc. (BONI; QUARESMA, 2005, p.71).

Como parte da pesquisa exploratória de levantamento de dados, a bibliografia encontrada somou-se à observação direta e pesquisa de campo que puderam dar embasamento maior aos detalhes necessários para sistematização das informações que constituem a pesquisa e apresentação dos personagens e fatores envolvidos.

Considerando a vertente dos estudos culturais, da mediação do debate público mediático e do uso da internet como espaço de significação e ressignificação

procurou-se levantar relatos sobre o debate que ocorreu durante a proposta da criação da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), estudo de caso incluso na pesquisa.

Com uma busca intensa por documentos e informações foi possível contextualizar a história sobre a construção da HPP no Pantanal para tornar viável o entendimento do que foi o processo de debate e discussões na construção ou não da Hidrovia, apresentando o Pantanal e sua importância para o meio ambiente sul-americano.

Posteriormente se constituiu a parte teórica de apresentação do projeto HPP e suas propostas, a Coalizão Rios Vivos – uma rede de organizações ambientais que tem como foco o associativismo e fortalecimento de ações ambientais e sociais na região pantaneira.

Apresentou-se, também, a Ecoa – ONG ambientalista e secretaria executiva da Coalizão da Rios Vivos, que atua como “ator social” nessa discussão e mais especificamente o Boletim Ecologia em Notícias, produzido pela Ecoa no período de 1997 a 2002.

Após concluída a etapa exploratória inicial na busca de conhecimentos científicos pré-existentes na área, o prosseguimento do estudo foi a pesquisa de campo, efetiva, onde utilizou-se da observação direta, facilitada pelo conhecimento prévio do objeto e público.

Outra forma de coletar dados através da observação ocorre quando o pesquisador utiliza a observação participante. A observação participante se distingue da observação informal, ou melhor, da observação comum. Essa distinção ocorre na medida em que pressupõe a integração do investigador ao grupo investigado, ou seja, o pesquisador deixa de ser um observador externo dos acontecimentos e passa a fazer parte ativa deles. Esse tipo de coleta de dados muitas vezes leva o pesquisador a adotar temporariamente um estilo de vida que é próprio do grupo que está sendo pesquisado (BONI; QUARESMA, 2005, p.71).

Já na aplicação das entrevistas, onde se optou pela entrevista aberta justificase pelo fato de que era necessário dar abertura aos entrevistados para não influir nas respostas e ainda para não adquirir respostas padronizadas, uma vez que os fins metodológicos são qualitativos e não quantitativos.

Quanto à formulação das questões o pesquisador deve ter cuidado para não elaborar perguntas absurdas, arbitrárias, ambíguas,

deslocadas ou tendenciosas. As perguntas devem ser feitas levando em conta a seqüência do pensamento do pesquisado, ou seja, procurando dar continuidade na conversação, conduzindo a entrevista com um certo sentido lógico para o entrevistado. Para se obter uma narrativa natural muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o pesquisado relembre parte de sua vida. Para tanto o pesquisador pode muito bem ir suscitando a memória do pesquisado (BONI; QUARESMA, p.72, 2005).

Durante as entrevistas tomou-se o cuidado metodológico de não segmentar demasiadamente um assunto e manter o tom o mais informal possível. Para MINAYO (1993) a entrevista aberta é comumente utilizada para pesquisadores que tenham a intenção de obter o maior número possível de informações sobre determinado tema.

Essa escolha se torna adequada, nesta pesquisa, pois reduz a interferência do cientista sob a visão do entrevistado, uma vez que o mesmo apenas suscita os temas e dá abertura total às fontes, que devem ser escolhidas com cautela para que sejam confiáveis e completas para aquilo que se busca explanar, conquistando assim um maior detalhamento do assunto em questão.

A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante (BONI; QUARESMA, 2005, p.74).

O objetivo das entrevistas foi perceber o contexto das discussões da época e principalmente o papel do meio Boletim e internet no processo de mobilização e conscientização. Para isso foram adotadas as perguntas abertas que davam oportunidade ao entrevistado de contar, sem filtros, como era o contexto de seu envolvimento com o tema, sua participação e de quais formas eram utilizados os meios de comunicação.

Sobre a definição da amostragem, optou-se por realizar entrevistas abertas com o total de seis pessoas, especificamente com dois gestores da Ecoa, três jornalistas e uma pesquisadora, escolhidos por serem estes os responsáveis pela produção, circulação e linha editorial do Boletim Ecologia em Notícias. Foram estes os atores diretamente envolvidos com o tema da pesquisa e mais capacitados para tratar do assunto com credibilidade.

O objeto de estudo escolhido e explanado nas entrevistas é o processo de comunicação que envolve o Boletim Ecologia em Notícias em sua transição para internet. Produzido entre 1997 e 2002, pela ONG Ecoa o Boletim era um informativo semanal, veiculado todas as quintas-feiras, que tinha como tema central a questão da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP). Inicialmente distribuído para as redações de rádios da região pantaneira, utilizando o meio fax para essa distribuição. Posteriormente, a partir do ano 2000 o meio utilizado para distribuição passa a ser a internet, foco deste estudo.

Nossa análise, portanto, se concentrará no meio internet, por compreender que essa foi a fase mais significativa do uso do Boletim. A utilização do meio fax era de alcance local, atendendo apenas as rádios pantaneiras e com o advento da internet a causa defendida pelos ambientalistas sai do âmbito local conquistando espaços nacional e internacionalmente, permitindo assim atingirem o objetivo dos ambientalistas de interferirem na efetivação do projeto HPP.

Como pesquisador e sujeito participante das discussões e mobilizações, notou-se cabível em toda a análise, deixar atravessada minha própria vivência e formação, já que reconhecidamente tal visão sobre as questões ambientais se formou a partir do debate da construção da Hidrovia e de minha participação como militante voluntário na Ecoa.

## 4. CONTEXTO HISTÓRICO: DO MEIO AMBIENTE À PROPOSTA DESENVOLVIMENTISTA

### 4.1 O Pantanal

Compreender o que é como funciona o Pantanal, sua importância ambiental, suas paisagens e o ciclo das águas, e a inter-relação que se dá através do sistema de áreas úmidas, características únicas desse bioma, bem como uma breve reflexão sobre a ocupação humana nessa região, é fundamental para que possamos traçar um paralelo entre o grande debate público gerado a cerca da proposta da construção da Hidrovia Paraguai-Paraná.

O Pantanal é a maior planície alagável do mundo, é o elo entre as duas maiores bacias hidrográficas da América do Sul: a do Prata e a Amazônica, o que lhe confere a função de corredor biogeográfico, ou seja, ele permite a dispersão e a troca de espécies de fauna e flora entre essas bacias. Devido às suas características únicas, foi reconhecido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, como Patrimônio Nacional e posteriormente como Reserva da Biosfera pela UNESCO, no ano 2000 (PACIEVITCH, 2008).

É compartilhado pelo Brasil, Bolívia e Paraguai, sendo o reservatório de uma enorme riqueza biológica, atuando como regulador do sistema hidrológico da bacia do Prata ao retardar o acesso das águas do rio Paraguai ao rio Paraná e, desta maneira, evitando a conjunção dos períodos de máximas torrentes de ambos os rios.

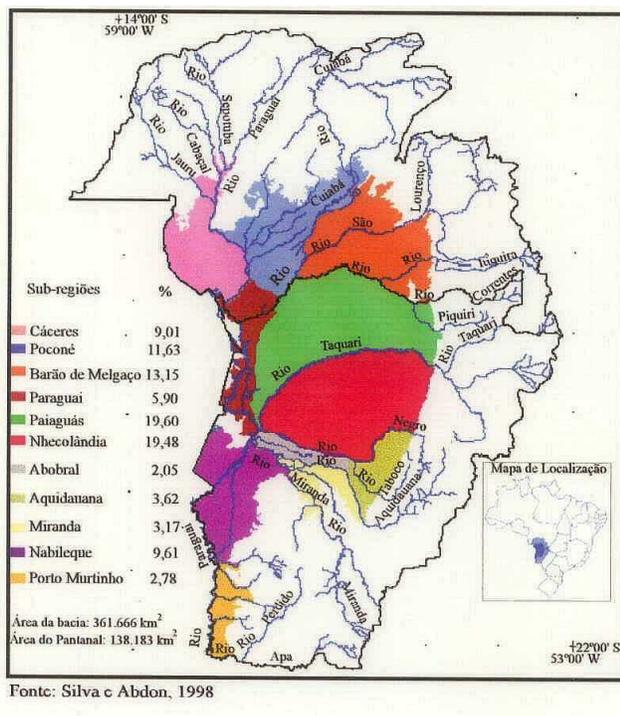
O bioma está situado na parte alta da Bacia do rio Paraguai, que possui uma superfície de aproximadamente 500.000 quilômetros quadrados. A planície cobre uma área de quase 210 mil quilômetros quadrados, dos quais 70% estão no Brasil (nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), 20% na Bolívia e 10% no Paraguai<sup>7</sup>. É uma região única, na qual encontram-se o Cerrado (Leste, Norte e Sul); o Chaco (Sudoeste); a Amazônia (Norte); a Mata Atlântica (Sul) e o Bosque Seco Chiquitano (Noroeste). Esta situação, somada aos pulsos de inundação, ou dinâmica hídrica (regime de cheias e secas), permite particular diversidade e variabilidade de espécies<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <[www.portalpantanal.com.br](http://www.portalpantanal.com.br)>. Acesso em: 11 jan. 2013.

<sup>8</sup> Disponível em: <[www.riosvivos.org.br](http://www.riosvivos.org.br)>. Acesso em: 11 jan. 2013.

Figura 1 – Mapa do bioma Pantanal



Fonte: Silva e Abdon (1998)

Figura 2 – Mapa de Mato Grosso do Sul



Fonte: Site Ecoa (2013)

No Pantanal, o pulso de inundação tem um papel determinante na estrutura e funcionamento dos ecossistemas pantaneiros. Os níveis mais elevados das enchentes na região variam no tempo e no espaço face ao complexo sistema da rede hídrica que alimenta a região. Na parte superior do Pantanal, no Estado de Mato Grosso (municípios de Cáceres, Poconé, Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço), as enchentes ocorrem de janeiro à março, simultâneas ao período de chuvas (outubro-abril), enquanto que no Mato Grosso do Sul (Corumbá e Ladário) no rio Paraguai principalmente, há uma defasagem de dois a três meses, entre o período de chuva e os picos de cheia (maio-junho), porque a maior quantidade das águas, que descem da parte Norte do Pantanal, leva este período de tempo para percorrê-lo. Isto ocorre devido ao fraco desnível do Rio Paraguai e de seus afluentes, no trecho que percorre o Pantanal e aos controles geomorfológicos, que se sucedem ao longo da calha do Alto Rio Paraguai (SILVA, 2007, p.84).

A riqueza de biodiversidade faz desse local um verdadeiro santuário, são, aproximadamente, 280 espécies de peixes, 90 de mamíferos, 600 de aves e 50 de répteis. No caso das plantas, há cerca de 1.500 espécies de acordo com estimativas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2013).

A taxa de endemismo (espécies que ocorrem apenas na região) é relativamente baixa, porém, as características múltiplas da região possibilitam uma interação diferenciada entre material genético originado de animais e plantas, que em outras regiões não estariam em contato da forma como se vê no Pantanal.

A ciclagem de nutrientes nas áreas alagáveis funciona mediante a absorção e estocagem de nutrientes pelas plantas que crescem durante a fase terrestre, e que são transferidos, juntamente com material orgânico para a fase aquática. Nesta, os nutrientes reciclados são absorvidos pelo fitoplâncton, perífiton e macrófitas aquáticas e o material orgânico entra na rede alimentar dos animais aquáticos. No período da vazante, as macrófitas aquáticas são depositadas na Zona de Transição Terrestre Aquática (ZTTA), onde servem de alimento aos animais terrestres e/ou são decompostas, liberando os nutrientes para o solo, os quais são usados para o crescimento das plantas, na fase terrestre (SILVA, 2007, p.88).

Muitas vezes, encontramos a denominação "pantanais", pois a planície pode ser dividida em onze sub-regiões distintas, cada qual com especificidades quanto ao regime de inundação, drenagem, vegetação e relevo. Uma das características marcantes do Pantanal é seu regime de cheias e secas e a relação entre a parte alta da bacia (planalto) e a parte baixa (planície) (WWF, 1999).

Na planície, a declividade é, aproximadamente, de 1 a 2 centímetros por quilômetro no sentido norte-sul e de 6 a 12 centímetros por quilômetro no sentido leste-oeste. Esta situação faz com que a região funcione como uma grande "esponja" que, durante o período das chuvas, recebe as águas da parte alta, que são retidas e escoadas lentamente alcançando o rio Paraguai (WWF, 1999).

O Pantanal faz parte do maior conjunto de áreas úmidas do mundo, a Bacia do Prata. Este "sistema", com cerca de 400 mil quilômetros quadrados, está localizado no vale central que corre de norte a sul dentro da "Grande Depressão da América do Sul" ou "Depressão Sub-andina" (WWF, 1999).

A bacia do Rio da Prata tem como principais rios o Paraná (4.352 km de extensão), o Paraguai (2.459 km) e o Uruguai (1.600 km). O estuário, lugar onde as águas de rios e oceanos se encontram, formado por eles é o maior do mundo, com seu limite exterior medindo 256 km, localizado em frente a Montevideu – Uruguai. Este conjunto hidrográfico é navegável por embarcações de diferentes portes. O sistema fluvial Paraguai-Paraná corre na direção sul, passando por Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, drenando a Bacia do Prata (WWF, 1999).

Figura 3 – Foto aérea do rio Paraguai



Fonte: Site Ecoa (2013)

No início da colonização do Brasil, a região pantaneira era ocupada por índios, existiam ali os canoeiros Paiaguás e Guatós, os cavaleiros Guaicuru, também conhecidos por Kadiwéus, os índios Terenas e os Guaranis. Acredita-se que espanhóis vindos pela Bolívia iniciaram a colonização da área, por volta de 1.550, antes dos portugueses. A partir da segunda metade do século XVI, os bandeirantes paulistas alcançaram a região, em busca de pedras preciosas e índios como mão-de-obra escrava (VIANA, 2007).

O olhar histórico nos permite observar e compreender, conforme define Viana (2007) que a ocupação humana no Pantanal se dá através de três grandes fases: uma primeira com predomínio de sociedades indígenas, a segunda com a colonização europeia, e terceira, tendo seu marco na segunda metade do século XX, quando foi planejado e adotado um novo modelo de desenvolvimento do país.

A primeira fase foi caracterizada pelo uso dos recursos naturais, sem destruí-los. Já na segunda fase houve a introdução da pecuária, mas ainda assim mantendo a diversidade dos habitats e apenas aproveitando-se dos pastos naturais, embora a busca por diamantes e ouro tenha provocados alguns impactos pontuais. E na terceira fase do processo de ocupação, a região pantaneira é incorporada às políticas públicas desenvolvimentistas, entre as quais surge o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná.

#### **4.2 O Projeto Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP)**

A proposta da hidrovia é um conjunto de obras que visava efetivar a navegação entre a cidade de Cáceres, no Alto Rio Paraguai, Brasil, no seu extremo norte e Nueva Palmira, no Rio da Prata, no Uruguai, no seu extremo sul, durante o ano todo. Com o objetivo de formar um eixo de integração do Cone Sul, é um plano dos cinco países da Bacia da Prata para transformar os rios Paraguai e Paraná em um canal industrial de navegação comercial.

Figura 4 – Países que compartilham o rio Paraguai



Fonte: Site Ecoa (2013)

O contexto econômico da Hidrovia é o Mercado Comum do Cone Sul do Continente Americano, o chamado Mercosul<sup>9</sup>, estabelecido por um tratado em 1991 tendo como países-membros o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que representa a maior base econômica dos países da América Latina, com um mercado formado por cerca de 200 milhões de pessoas. E na proposta da Hidrovia, além dos países-membros do Mercosul faz parte também a Bolívia.

Os objetivos do Mercosul são alcançar o livre comércio de bens, serviços e fatores de produção entre os signatários; estabelecer uma política de comércio comum entre seus membros e os mercados externos; coordenar políticas macroeconômicas e setoriais em comércio exterior, agricultura, indústria, política monetária, serviços, questões aduaneiras, transportes e comunicação; e harmonizar legislação relevante.

Segundo o plano original da HPP, em planejamento desde 1987 pelo Comitê Intergovernamental da Hidrovia (CIH), seriam feitas intervenções de engenharia, inclusive derrocamento, dragagem, e canalização estrutural em centenas de sítios ao longo do sistema. A importância da criação da HPP estaria baseada em sua

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/mercosul.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

capacidade de impulsionar a circulação de bens e pessoas pelos países do Mercosul e na Bolívia, além de possibilitar o acesso competitivo de produtos regionais no mercado internacional (ZUGAIB, 2006). Isso acarretaria no uso da navegação no rio Paraguai para fins comerciais, adaptando-o para esse fim, e não simplesmente usando suas condições naturais.

De acordo com a publicação: “Considerando a Hidrovia”, da International Rivers Network, de junho de 1994, a primeira reunião visando o desenvolvimento da HPP foi organizada em abril de 1988, no Brasil, quando o acordo foi ratificado e os signatários concordaram em realizar um estudo para coleta de informações e identificação de cenários alternativos, e este estudo foi realizado pela empresa brasileira de consultoria Internave.

Os estudos da Internave apresentam apenas os benefícios baseados em economias projetadas nos custos de transporte, mas não levam em consideração os custos sociais ou ambientais, tornando-o alvo de inúmeras críticas. Os críticos tem desacreditado o estudo Internave devido às suas projeções otimista de custos e benefícios, e por seus significativos erros em cálculos básicos.

O uso do rio Paraguai para uma navegação comercial adaptada é um fato quase centenário, mas o que há de novo é a tentativa de, a partir da metade da década de 80 e na de 90, fazer intervenções estruturais no rio para permitir a circulação de comboios durante todo o ano, por 24 horas do dia.

Documentos etnográficos sobre a região pantaneira mostram que a navegação no rio Paraguai teve início por meio de canoas de pequeno porte utilizada pelos índios, feitas de troncos de árvores e movidas a remo (SOUZA, 2005). A partir do século XVI, teve início o desenvolvimento da navegação e a ocupação das margens do rio Paraguai, sendo que algumas expedições espanholas navegaram por ele com embarcações de maior porte.

Souza (2005) destaca que no século XVIII foi intensificada a ocupação com a abertura de fazendas, o surgimento de núcleos urbanos e, também, por conta da abertura da navegação no rio Paraguai para o escoamento do ouro e carne bovina das fazendas ribeirinhas.

O uso do rio como via fluvial se dava respeitando as suas dinâmicas naturais. Já a proposta da HPP era de transformá-lo em uma via com escala comercial e fazer as adaptações e/ou mudanças que forem necessárias para atingir tal objetivo. Para

Trevisol (2007), a Hidrovia Paraguai-Paraná foi um assunto brasileiro que chamou mais atenção no exterior do que dentro do Brasil.

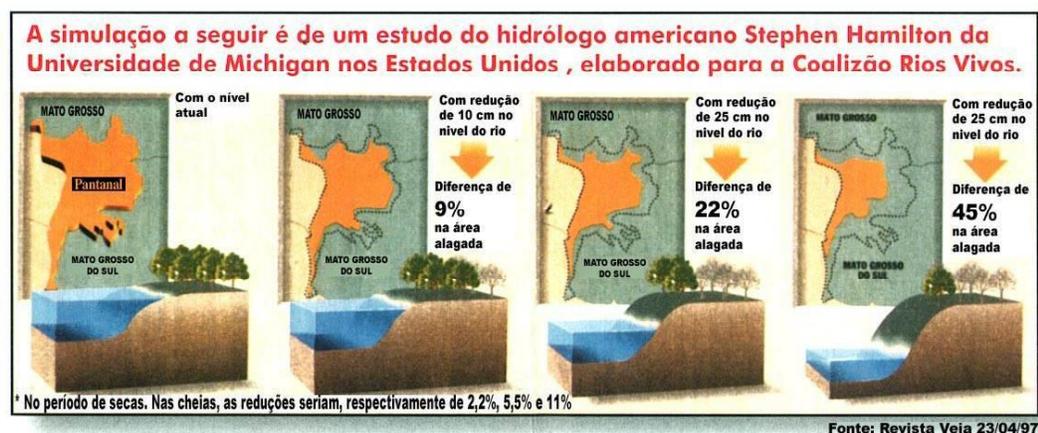
O assunto foi tema de reportagens de jornais, revistas e emissoras de televisão da Europa e dos Estados Unidos e de centenas de endereços na internet, além do tema ser discutido em universidades e organizações não-governamentais.

Tanta preocupação se justifica pelo fato de que a hidrovia teria, caso concluída, 3.442 quilômetros de extensão, quase a distância entre as cidades de São Paulo – SP e Rio Branco, no Acre, e põe em risco o maior patrimônio da humanidade, o Pantanal.

A preocupação com todo o sistema de áreas úmidas do Pantanal, que envolve a Bacia Hidrográfica do Prata e do Paraguai, se despertado o olhar sistêmico, ganha força ao denunciar os riscos e impactos cumulativos. A Bacia do Prata, por exemplo, já tem a maior usina hidrelétrica do mundo, a de Itaipu. Ambas as bacias sofrem grandes impactos com o avanço da fronteira agrícola, plantio de soja e criação de gado.

Para que a HPP funcionasse 24 horas por dia, ao longo do ano inteiro, de acordo com o projeto proposto e defendido pelo Comitê Intergovernamental da Hidrovia – CIH seria preciso rasgar no coração do Pantanal canais largos e profundos que permitam a passagem de barcaças carregadas de grãos, minério e outros produtos. Haveria grandes modificações no leito do Rio Paraguai e, para se ter uma ideia, seria necessário dobrar ou mesmo triplicar a sua profundidade em alguns trechos para que os barcos não encalhem na época da seca.

Figura 5 – Quadro: Seca Pantanal



Fonte: Revista Veja (apud ECOA).

Curvas e trechos mais sinuosos seriam retificados para assegurar uma largura mínima, que vai de 90 a 100 metros, em toda a extensão do rio. Montanhas seriam explodidas, e a calha, canal principal do rio, deveria ser aprofundada. Estima-se, ainda, que seriam retirados cerca de 22 milhões de metros cúbicos de sedimentos, gerando uma carga igual ao que pode ser transportada por cerca de quatro milhões de carretas (TREVISOL, 2007).

O anúncio do projeto HPP instaurou uma dinâmica desenvolvimentista de inspiração neoliberal, que despertou a preocupação de ambientalistas, justamente pela importância do bioma Pantanal, tido pelos especialistas como frágil.

As intervenções propostas pela Hidrovia ameaçavam tanto o meio ambiente quanto as suas populações. O crescimento e ocupação da região sugerido pela HPP, afetaria drasticamente, os usos, costumes e tradições das populações indígenas e comunidades tradicionais pantaneiras.

O movimento ambientalista passou a denunciar os riscos do projeto, desencadeando um processo de diálogo, troca de informações e articulação da sociedade civil, que conseguiu introduzir a temática “Hidrovia” nas discussões preparatórias para ECO-92, Conferência da Organização das Nações Unidas – ONU, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992 (TREVISOL, 2007).

Essa mobilização criou novos espaços e cenários, envolvendo novos olhares e despertando a opinião pública para discutir a proposta da HPP. O associativismo entre ONGs e a busca de espaços midiáticos permitiu a criação das condições necessárias para o surgimento da Coalizão Rios Vivos.

#### **4.2.1 Coalizão Rios Vivos**

A Rios Vivos é uma coalizão – uma associação de organizações não governamentais (ONGs) e comunidades articuladas proposta pela ONG Ecoa. Sua missão se divide em conter os processos de degradação cultural, social e ambiental e implementar políticas sustentáveis que possibilitem estabelecer uma nova relação entre sociedade e natureza. As primeiras articulações da Coalizão ocorreram durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 (TREVISOL, 2007).

Dois anos depois, em 1994, aproximadamente 100 organizações não governamentais e organizações de base formaram a Coalizão Rios Vivos, motivadas pela preocupação com a crescente destruição dos sistemas da bacia do Prata, na Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Na época, a principal ameaça foi o projeto da Hidrovia Paraná-Paraguai (com 3.442 quilômetros de extensão, desde o Pantanal no Brasil até o Uruguai)<sup>10</sup>, que colocava em risco várias áreas úmidas, inclusive o Pantanal. A Rios Vivos chegou a ter mais de 300 organizações associadas no ano de 2000.

A Coalizão tem como missão promover a mobilização da sociedade civil para enfrentar os problemas socioambientais que afetam ecossistemas e populações do continente sul-americano, visando o desenvolvimento sustentável e a manutenção das bacias hidrográficas. Seus membros estão presentes na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos. Centenas de organizações, comunidades, instituições de pesquisa e cientistas estão conectados à Coalizão que é uma rede de troca e de mobilizações voltadas às questões socioambientais. A responsável pela secretaria executiva da Coalizão Rios Vivos é a ONG Ecoa.

#### **4.2.2 Em defesa da Vida – Ecoa**

Uma das entidades ambientalistas mais antigas do Mato Grosso do Sul, a Ecoa<sup>11</sup>, é uma organização não-governamental brasileira, fundada em 1989, por um grupo de biólogos, que atua na área socioambiental e tem como objetivo a promoção de ações em defesa da qualidade de vida e da preservação e conservação dos bens naturais.

Atua localmente no Cerrado e Pantanal, desenvolvendo ações no âmbito nacional e internacional. A entidade tem como visão a construção e implementação de novos modelos de sustentabilidade que conciliem qualidade da vida e desenvolvimento econômico. Sua missão é promover ações para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento local, tendo sempre como aliado a seu trabalho a união da investigação científica e do conhecimento tradicional.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

<sup>11</sup> Todas as informações sobre a ONG podem ser acessadas pelo site oficial. Disponível em: <<http://www.ecoa.org.br>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

Para o desenvolvimento de seus projetos e ações, a Ecoa associa investigação científica, trabalho de base (junto às comunidades ribeirinhas tradicionais, pescadores) e monitoramento de processos de degradação ambiental e social com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável por intermédio da gradativa capacitação dos grupos locais. Desde sua criação, ela promove e apoia campanhas pela criação de unidades de conservação e, em paralelo, busca questionar e conquistar medidas de compensação para os grupos atingidos por projetos de grande porte e que gerem forte impacto ambiental.

Considerada de porte médio, a organização institucional é formada por uma Diretoria e um Conselho Deliberativo, composto por oito membros eleitos pelos filiados durante assembleias. Apesar de sua sede estar localizada em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, o trabalho é realizado quase que exclusivamente em municípios pantaneiros, buscando atingir comunidades de base com poucos recursos e que vivam de alguma forma de extrativismo vegetal ou animal.

A comunicação socioambiental é, também, uma linha de atuação da Ecoa. O fortalecimento da presença e a multiplicação de resultados da organização são efetuados pelas parcerias com entidades de base, instituições de pesquisa, universidades e a participação em coletivos como conselhos, fóruns e redes que se unem para formar um grupo coeso em prol da promoção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

A Ecoa é a Secretaria Executiva da Coalizão Rios Vivos e da Rede Pantanal de ONG's e Movimentos Sociais. Para o desenvolvimento de suas ações, mantém um Núcleo na Serra do Amolar, no Pantanal Sul-Mato-Grossense, utilizado como base para realização de pesquisas na região e, também, para dar suporte aos trabalhos desenvolvidos com as comunidades do Amolar.

Outra iniciativa da Ecoa é o Centro de Referência de Áreas Úmidas – Pantanal. Trata-se de um centro de pesquisa bibliográfica sobre o Pantanal, acessado pelo seguinte endereço virtual: <http://Ecoa.phlnet.com.br>. Nele estão disponíveis títulos referentes ao acervo especializado, constituído por diversos tipos de materiais, como livros, periódicos, folhetos, projetos, programas, relatórios, avaliações independentes, monografias, teses, vídeos e mapas.

Uma das frentes de trabalho da Ecoa é a pesquisa e divulgação de projetos de grande porte, que podem descaracterizar para sempre a cultura e o espaço

geográfico de uma localidade. Assim, a entidade também monitora os financiamentos internacionais de bancos, buscando saber o que está proposto para sua região de trabalho e cobrando das autoridades medidas quanto aos riscos socioambientais, por meio de ofícios, cartas, campanhas e reuniões oficiais com autoridades.

A Ecoa foi uma das primeiras Organizações Ambientalistas no Brasil a fazer uso da internet como ferramenta de trabalho. Então, ao perceber a possibilidade de mobilização através dos meios de comunicação, criou um boletim destinado à radiodifusão no Pantanal, denominado Ecologia em Notícias.

#### **4.2.3 O Boletim Ecologia em Notícias**

O Boletim Ecologia em Notícias foi criado pela Ecoa em 1997, especificamente para ser um boletim com formato para rádio, já pronto para ser usado por seus profissionais. Era um trabalho de assessoria e produção específica, inicialmente, enviado por meio do fax para trinta rádios da região pantaneira, e a partir do ano 2000 veiculado através da internet. Seu funcionamento se deu até o ano de 2002.

A distribuição era semanal, com publicação todas as quintas-feiras, e sua rotina se dava como em uma agência de notícias de cunho ambiental, já que havia a geração de conteúdo específico sobre meio ambiente e o Pantanal. A intenção norteadora do projeto era a divulgação de questões relacionadas à Hidrovia Paraguai-Paraná, suas ameaças e o risco existente para as áreas social e ambiental, contribuindo na mobilização para a defesa do bioma Pantanal.

Ao criar o Boletim Ecologia em Notícias, a Ecoa teve como foco de público receptor o profissional de comunicação que está nas redações. Nesse sentido, para chegar até ele, inicialmente, a ferramenta utilizada foi o fax, aparelho que se fazia presente nas diferentes redações jornalísticas. E posteriormente, com o surgimento das novas tecnologias, o envio passou a ser por e-mail.

Por conta do Boletim, como instrumento de comunicação, a Ecoa criou relacionamentos com profissionais que trabalhavam nas redações dos veículos, considerados como sendo da grande mídia. Assim, conquistava espaço para a publicação de suas ações e agendas temáticas, com a possibilidade de ampliar a mobilização pela defesa do Pantanal. A comunicação, nesse sentido, serviu como

um novo espaço para o debate público que será melhor detalhado no próximo capítulo, por ser tema central da dissertação.

A publicização dos riscos em relação ao projeto HPP pode ter sido um dos pontos decisivos para a legitimação política das ONGs, que conseguiram globalizar a percepção dos riscos e, como ator político transnacional, denunciá-los e demonstrar cientificamente sua veracidade. Deixando claro, assim, à opinião pública internacional, por meio da produção e socialização de informações, que a construção da hidrovia implicaria na destruição de dois importantes patrimônios comuns da humanidade – o Pantanal e as Comunidades Indígenas que vivem na região (TREVISOL, 2007).

Os meios de comunicação tradicionais, mesmo não sendo compreendidos como um campo aberto ao diálogo e um espaço democrático, renderam-se à divulgação da campanha, em virtude do volume de informação cientificamente produzida para questionar o projeto, desempenhando, dessa forma, um papel determinante nos seus destinos. Será que a comunicação pode contribuir na formação crítica, visando a significação e ressignificação de valores com relação à preservação do Pantanal? Essa é a questão que nos norteia.

Trevisol (2007) explicita que o propósito estabelecido pela Coalizão Rios Vivos e Ecoa era o de promover a aproximação das pequenas organizações civis dos países do Cone Sul (historicamente isoladas) visando a construção de uma agenda comum de trabalho, além de fortalecê-las para o desafio de monitorar o projeto da hidrovia. Nesse sentido, tinha-se como elemento divulgador das ideias, ações e campanhas, e acima de tudo como elemento de valorização o Boletim Ecologia em Notícias, mantido pela Secretaria Executiva da Coalizão, a Ecoa.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

### 5.1 Contexto: quem são os entrevistados

Com o objetivo de perceber o contexto das discussões da época e principalmente o papel do meio Boletim e internet no processo de mobilização e conscientização, optou-se pela realização de entrevistas abertas com dois dirigentes da Ecoa, três comunicadores, e uma pesquisadora.

Nossos entrevistados são: Alcides Faria, biólogo, fundador e presidente da ONG Ecoa que atua desde 1989 com a temática Pantanal e foi o proponente e secretário da Coalizão Rios Vivos. Éber Benjamin, Alysso Ishy e Yara Medeiros, jornalistas, socioambientalistas e produtores do Boletim Ecologia em Notícias, sendo o Éber Benjamin responsável pela fase do uso do fax e os outros dois responsáveis pela transição do fax à internet. Alessandro Menezes, publicitário, foi o Coordenador de Mobilizações da Ecoa e Débora Calheiros, pesquisadora da EMBRAPA<sup>12</sup> e consultora da Rios Vivos.

Adotou-se o sistema de perguntas abertas, conforme metodologia, ampliando o debate contextual da questão da Hidrovia e do processo de comunicação ambiental como um todo.

Para as entrevistas foram utilizadas gravação em áudio e entrevistas presenciais. Especificamente com a pesquisadora Débora Calheiros, não houve a possibilidade do contato presencial, por indisponibilidade de horário da fonte e, portanto, adotou-se como meio de comunicação a internet através da ferramenta *e-mail*, buscando ainda assim manter os questionamentos os mais abertos possíveis, na intenção de interferir apenas quando necessário.

Mesmo com a entrevista aberta, buscou-se interferir, apenas, na garantia de que todos os entrevistados tratassem em suas falas, dos temas norteadores. Para organizar os pontos de maior importância abordados pelos seis, foram estabelecidos três temas indispensáveis para esta pesquisa:

⇒ Como o entrevistado (a) se envolveu com a questão da Hidrovia;

---

<sup>12</sup> Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária

- ⇒ Qual é (para ele) a importância da comunicação nesse processo;
- ⇒ Qual é sua opinião sobre o papel da publicação do Boletim, em especial, em sua fase digital, a partir do ano 2000 (distribuído através da internet).

### **5.1.1 Como você se envolveu com a questão da Hidrovia?**

Saber como os entrevistados se envolveram com a temática da Hidrovia era a intenção inicial nas entrevistas, pois assim, se tornou possível compreender se a relação da fonte com o tema se deu por questões ideológicas, políticas e/ou econômicas.

Alcides Faria, em trechos da entrevista (Apêndice A) diz que já “na origem da Ecoa, estava pautada a agenda da Hidrovia Paraguai-Paraná”, pois o campo de atuação da Ecoa era a região pantaneira e tudo o que pudesse oferecer riscos a região era automaticamente foco de ação. Ele revela que em seguida a criação da ONG surge a Rios Vivos, uma coalizão internacional, que tem como propósito combater a Hidrovia Paraná-Paraguai.

Os jornalistas foram para a Ecoa já como contratados e com atividades definidas, a exceção é para Yara Medeiros, que começa na Instituição como estagiária, mas logo depois também é contratada. “Fui estagiaria da Ecoa e fui convidada justamente para trabalhar comunicação focada na Hidrovia” - Yara Medeiros (entrevista em Apêndice D).

Em enxertos das entrevistas Alysson Ishy diz: “eu entrei na Ecoa em 2000, para trabalhar no Boletim Ecologia em Notícias (...) e toda semana tinha que ter uma informação sobre a Hidrovia” (Apêndice B). A declaração de Éber Benjamim também confirma: “quando eu fui para a Ecoa já havia o Boletim, e o assunto principal era a Hidrovia” (Apêndice C).

A pesquisadora Débora Calheiros teve envolvimento com o tema hidrovia antes mesmo da criação do Boletim Ecologia em Notícias, pois o Boletim circulou no período de 1997 á 2002, e a pesquisadora já em 1990 e 1991, participou como técnica da Embrapa Pantanal lendo parte do EIA/RIMA<sup>13</sup>, dando parecer oficial ao projeto. “Eu fiz uma consultoria particular sobre a questão do fenômeno da

---

<sup>13</sup>Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto no Meio Ambiente, documentos/levantamentos exigidos na construção de grandes e mega projetos.

decoada<sup>14</sup> x HPP para o Comitê Intergovernamental da Hidrovia, que rendeu posteriormente uma publicação” (Apêndice E).

Alessandro Menezes começou como voluntário no Ecoandos, um grupo de jovens da Ecoa, que atuava em ações urbanas e dava suporte para as mobilizações e atividades de rua e atividades junto às universidades. “Eu entrei em 1999, como voluntário, depois fui contratado”, ele conta que a primeira ação foi uma campanha contra a hidrovia. “Era um folder que a gente distribuía para as pessoas”, o palco dessa distribuição era o centro da cidade de Campo Grande – MS. “Era um folder em que você destaca uma parte, assinava e enviava, era como se fosse um cartão postal, era enviado para o Ministro dos Transportes, pedindo para ele rever o projeto de hidrovia” (Apêndice F).

Num primeiro olhar percebe-se que a relação da maior parte do grupo de entrevistados com o tema HPP se dá por questões econômicas, pois quase todos estavam ligados, ao menos inicialmente, com o tema devido às funções e/ou prestação de serviços, que faziam junto a ONG Ecoa. Há, mais claramente, o envolvimento político do fundador da ONG (Alcides Faria), com o qual é possível traçar uma relação político-econômica uma vez que o mesmo atuava por formação profissional e tinha na ONG um campo de trabalho.

Ao aprofundar nas conversas e no enredo mais completo das entrevistas, tendo como pano de fundo o entendimento de contexto baseado nos conceitos dos estudos culturais, nossa percepção se amplia e se torna mais claro que mesmo havendo a relação de trabalho das fontes com a temática, partindo do viés econômico, essa relação se dá em um primeiro momento, mas não a causa exata e única que fez com que essas pessoas continuassem e se engajassem de fato na defesa do Pantanal. É possível essa percepção, tendo como exemplo a fala de Yara Medeiros, onde ela revela:

Quando a gente começou, quando eu entrei na Ecoa, eu nem era uma ambientalista, eu não tinha uma educação ambiental, não era uma coisa enraizada, eu não entendia essa coisa global, e mesmo sendo filha de pescador, tendo vindo da cidade de Corumbá-MS, mesmo conhecendo o pantanal, sempre indo pro meio do mato, mas

---

<sup>14</sup> Fenômeno de alteração da qualidade da água na fase inicial de enchente, onde há a decomposição da vegetação recém submersa promovendo o aumento de CO<sub>2</sub> e do CH<sub>4</sub> (gás carbônico dissolvido e metano) e a diminuição do oxigênio dissolvido (OD), fenômeno natural e importante para a entrada de carbono (energia do CO<sub>2</sub> e do CH<sub>4</sub>) no sistema.

não entendia essa coisa global ambiental. Quando fui pra lá (entrei na Ecoa), a gente começa a estudar, a conhecer, a ir atrás das informações, a entender e percebe que é uma coisa muito importante. Porque explodir as rochas pra deixar um rio reto, acho que qualquer leigo ia entender que aquilo não daria certo. Começamos a ler os estudos dos painéis independentes, além dos estudos que os governos e empresas faziam, a visitar o Pantanal, a gente tinha muita informação pra passar também para as pessoas. Nós não fazíamos gratuitamente, porque o ambientalismo, muitas vezes é acusado de ser romântico, mas não, era bem pé no chão, sempre baseados em pesquisas, em estudos. O ambientalista não é como o político que fala, diz que isso vai acontecer de tal forma e tal, mas sem embasamento, o ambientalismo sempre tem um embasamento. Isso me encantou, como sou jornalista, quando vi que as informações tinham fontes confiáveis, que tinha estudos aprofundados, eu me encantei. E comecei a pensar, isso realmente precisa mudar, precisamos mostrar pras pessoas que isso (a hidrovía) vai realmente trazer impacto no Pantanal. E não só para o Pantanal, mas também para as populações. E isso era uma outra grande discussão, a gente sempre trabalhou com a questão das populações que vivem na região. E não só as questões ambientais. E até por isso a comunicação era muito fundamental. Nós tínhamos que chegar até as populações (MEDEIROS, 2013).

Também é possível perceber que o objetivo inicial da Ecoa, e por consequência o do Rios Vivos, ultrapassou o foco de apenas combater a HPP. Suas ações se ampliaram de tal forma que serviu de referencial para outras organizações, como aponta Alcides Faria:

Ela (a Coalizão) deu capacidade para muitas organizações de base. Foi através da Coalizão que a Ecoa se torna uma organização internacional. De uma organização territorial, ela vai para o mundo. E surgiram muitas organizações aí. A Coalizão foi uma escola, de formação e organização. E foi uma grande contribuição para a Democracia (FARIA, 2012).

Uma vez percebido como se deu o envolvimento dos entrevistados com a temática e observado a contextualização dessa relação, passou-se a questionar o que os mesmos compreendiam como comunicação, e qual importância davam para a comunicação nesse processo de mobilização e de envolvimento social, em prol da causa defendida.

### 5.1.2 Qual é a importância, o papel, da comunicação?

Procurou-se avaliar, aqui, como cada um dos entrevistados percebia a comunicação e o papel que ela exercia na construção de significação e ou ressignificação para o debate proposto acerca da hidrovía.

Não se pretende, com esse questionamento, demonstrar o conhecimento dos entrevistados sobre as teorias e definições aprofundadas de comunicação, mas simplesmente, na conversa aberta, captar a amplitude do entendimento sobre comunicação de nossos interlocutores.

Alcides Faria faz uma análise interessante do ponto de vista comunicacional na década de 1990, e reafirma que as ações eram em partes virtual e também presencial, ao perceber que:

A década de 1990 é a década da revolução na comunicação e da revolução tecnológica. Isso aí chega e a comunicação entre pessoas, a transmissão, a busca por informações científicas, vai se tornando cada dia mais fácil. A tecnologia dando suporte também para o desenvolvimento na comunicação das pessoas. Essa situação em se manter o presencial com o virtual era fundamental para que você pudesse fazer uma agenda comum para as organizações, o desenvolvimento dessa agenda e dessa comunicação ainda era presencial. O que era aquele processo original da Ecoa lá em 1995, um computador com 250 megabytes, aquele dinossauro, e temos hoje um poder de comunicação estabelecido, e é a principal fonte de informação com relação ao Pantanal, eu diria técnico-científica em relação ao Pantanal, hoje é o nosso sítio web (FARIA, 2012).

Alysson Ishy destaca que a comunicação foi mais que um elemento de soma se forças, foi uma sinergia de ações:

Dá certo você fazer uma comunicação que seja social, ambiental, mas que também seja mais próxima de uma comunicação ética. Porque a gente fica pequenininho quase sem apoio, sem dinheiro, chorando toda semana, levando susto cada vez que acontecia algum fato para viabilizar a hidrovía e parecia que a gente não ia vencer essa batalha, mas, naquela época, a moeda virou, o jogo virou. Aí eu tive certeza que foi só por causa dessa sistemática de comunicação com a sociedade civil. Como que um bando de pessoa, que quase não tem dinheiro, não tem muita posse, não tem muitas condições de ir muito longe, mas eles se juntam, conseguem se comunicar entre vários países (...) como um município, de repente, fecha um rio inteiro? Nunca vi fechar um rio em forma de protesto. Comecei a ver que dá certo você trabalhar com a comunicação, mesmo que ela seja pequenininha, passinho de formiga e tal, mas se

for estratégica, se for organizada e tiver um objetivo nobre (...), nós percebemos que quem conhecia o Pantanal, começava a se preocupar pelo fato de existir esse projeto da hidrovia (ISHY, 2012).

Éber Benjamim, que deixou a Ecoa nessa fase de transição entre o uso do fax e a internet (no ano 2000), elucida em sua fala que:

O papel do computador, do advento do computador, nesse acúmulo e rapidez na circulação de informações. Aí entra esse pioneirismo da Ecoa, da Rios Vivos, em usar a internet, não só na parte de computador, mas de comunicação jornalística, mas acho que isso facilitou muito no sentido de articulação política, de organização, tanto internamente aqui no país, quanto internacionalmente, que levou, inclusive a constituição da Rios Vivos. O papel do computador e da internet é muito mais amplo que o Ecologia Notícias. O Ecologia Notícias é só mais uma peça dentro desse processo (BENJAMIM, 2012).

Sair do local para ir ao global, a comunicação para Yara não estava apenas em ser um instrumento, era algo que poderia, entre tantas outras questões, traduzir a magnitude dos riscos e da necessidade de proteção ao Pantanal.

A gente acreditava que sim, que a comunicação era o elo entre as organizações, entre as ações. Que se a gente não conseguisse, por exemplo, mostrar lá pra aquela cidadezinha pequena, que de repente nem sabia que a hidrovia ia trazer algum impacto, ai chegar na rádio da região, ou ter um jornalista lá que sempre fazia matéria sobre isso, mostrando os impactos pra região, pra gente era fundamental. Pois acreditávamos que só assim que íamos conseguir mostrar que era uma coisa grande, que podia trazer muitos impactos negativos pra toda essa região. E acreditávamos que a comunicação era fundamental pra isso. A comunicação tinha que ser relacionada com todas essas regiões, toda a comunicação tinha que ser integrada, pra mostrar que aquilo era um todo, e que qualquer problema estragaria todo o Pantanal (MEDEIROS, 2013).

Alessandro Menezes aponta que a comunicação exigia um olhar atento e ações específicas para ampliar, e ou mudar, o significado do Pantanal para as pessoas:

Nós gerávamos os fatos que questionavam o projeto (hidrovia). Por que a gente gerava os fatos? Pra chamar a atenção da mídia e da sociedade para um problema que estava acontecendo de uma maneira silenciosa. Era o País discutindo uma estratégia sobre o olhar econômico, que poderia trazer um impacto social e ambiental sem consequências. Então a nossa relação com a comunicação era direta, a gente sempre teve uma boa receptividade dos veículos de

comunicação locais e nacionais. Porém a gente enfrenta um problema cultural, no Brasil especificamente, porque as pessoas desconhecem o Pantanal, a grande maioria da população conheceu o Pantanal através de uma telenovela que passou na década de 1990. Mesmo a população urbana do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, desconhecem o Pantanal, desconhecem essa região. Existe aquela coisa folclórica, bonita de proteger a natureza, mas o conhecimento ainda é muito superficial. Então o Pantanal não está como uma prioridade de conservação para a vida das pessoas. Por isso que a nossa relação com a comunicação em criar esses fatos para chamar a atenção da sociedade, eram determinantes (MENEZES, 2013).

A pesquisadora Débora Calheiros, se dedicou a produção de diversos artigos científicos, publicando estes em congressos nacionais e internacionais e também passou a percorrer diversos municípios da região pantaneira dando cursos e oficinas temáticas sobre os estudos realizados e a discussão do tema. Ela juntamente com outros pesquisadores realizou expedições pelo Pantanal e tinha como foco a produção para comunicações científicas.

Tendo como base os relatos acima apresentados, evidencia-se, sob a luz dos estudos culturais, que para os nossos entrevistados a comunicação não estava restrita ao meio em si, e sim ao contexto, aos envolvimento e participação, a mediação e negociações de valores, a significação e ou ressignificação.

A concepção de que os homens fazem sua história através dos conflitos sociais e orientações culturais, defendida por Touraine (1994), torna-se situação presente nas agendas de eventos, encontros, nas discussões temáticas e na percepção do que Thompson (2011) defendeu como novos espaços de visibilidade e ou invisibilidade.

Fica claro que nossos entrevistados não estão olhando para a comunicação com o olhar funcionalista, de manter o sistema dominante, ou simplesmente com olhar da teoria crítica, de denunciar e criticar, mas estão envolvidos na concepção dos estudos culturais ao perceberem que a comunicação não se resume e nem restringe ao meio em si. Olham para a comunicação como elemento constituinte da possibilidade de construir valores e mudar comportamentos. Aquilo que bem definiu Sousa (1995):

Os meios de comunicação são vistos, no caso, não apenas como veículo, mas como expressão de uma instância pública que indaga, e também reconhece, os espaços de construção de valores, ainda que grupais. Tais espaços são ao mesmo tempo de negociação e de

debates, já que os valores, longe de serem expressão de sentido dado apenas pelo produtor ou pelo receptor, são o que exprimem o processo no qual ocorrem (SOUSA, 1995, p. 35).

Para os nossos entrevistados era evidente que o “ganhar” espaço na mídia era necessário para se obter o reconhecimento no “espaço público”, que essa ação poderia ajudar a chamar a atenção e fazer avançar a causa defendida, mas que a comunicação era muito mais que simplesmente esse “espaço”. Aproximando-se do que Thompson (2011) defendeu:

Os meios de comunicação não são apenas transmissores neutros que transmitem informação ou conteúdo simbólico de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) para outro – uma espécie de esteira transportadora de significados, por assim dizer; ao contrário, quando novos meios de comunicação são desenvolvidos e introduzidos, eles mudam as maneiras pelas quais os indivíduos se relacionam uns com os outros e com eles próprios (THOMPSON, 2011, p. 8).

E essa “visibilidade” se dava ao ocupar esse espaço nos meios de comunicação, mas a essência era o que se fazia, o como se envolviam os sujeitos ao buscarem esse espaço. Essa visibilidade permitiria, ou ao menos provocaria uma mudança no olhar sobre o Pantanal, sobre o meio ambiente, ressignificando seus sentidos. Dando nova valoração as questões defendidas, mostrando não ser algo pontual e sim algo mais amplo e mais sistêmico<sup>15</sup>.

Compreendida essa percepção sobre a comunicação chegamos a um ponto importante de nossa dissertação: o papel do Boletim Ecologia em Notícias.

### **5.1.3 Qual foi o papel do boletim e da internet?**

O Boletim era uma publicação semanal, veiculada todas as quintas-feiras, durante os anos de 1997 a 2002, inicialmente tendo como público-alvo as rádios da região do Pantanal, sendo distribuída uma versão contendo uma média de dez notas curtas com linguagem específica para o meio rádio, pelo instrumento fax.

Posteriormente, final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o boletim deixa de focar apenas nas rádios e é ampliado para assinantes em outros meios. Inicia-se

---

<sup>15</sup> Consiste na habilidade em compreender os sistemas de acordo com a abordagem da Teoria Geral dos Sistemas, ou seja, ter o conhecimento do todo, de modo a permitir a análise ou a interferência no mesmo.

também, a utilização de listas de discussões e, assim, o envio passa para cerca de 30 mil usuários, tendo como instrumento de distribuição o *e-mail*, através da internet.

Aqui, a intenção é saber, na percepção dos nossos entrevistados, se essa ferramenta/instrumento, o Boletim Ecologia em Notícias, foi capaz de contribuir na produção de significação e ressignificação para as questões ambientais relativas ao Pantanal e as possíveis ameaças do projeto HPP. Voltando nosso olhar para o uso da internet nesse processo e os resultados atingidos.

Alcides Faria resgata esse processo histórico e nos conta sobre a importância do Boletim para a temática discutida:

Em 95 nós compramos o primeiro computador da Ecoa. Era um computador de 250 gigabytes. Eu me lembro que as mensagens, os e-mails chegavam no ambiente "DOS<sup>16</sup>". (...) nos deu uma base muito forte para a comunicação internacional. Porque mesmo no Brasil era muito limitado, eu desconfio que nós estamos entre os primeiros que a usou (a internet) no Brasil. (...) Era uma coisa meio assustadora, você trocando mensagens com Estados Unidos e Europa, que já estavam numa fase mais avançada para a internet. (...) Quando não havia essa tecnologia aqui no MS, como nós fazíamos o processo de comunicação internacional? Nós fazíamos com a outra tecnologia que estava disponível, que era o fax e telefone. Então nós estabelecemos, escolhemos um grupo de rádios, conversamos com as pessoas do noticiário, e propusemos a eles que nós produziríamos boletins informativos sobre meio ambiente semanalmente, com destaque a Hidrovia, e enviaríamos isso por fax. Em algum momento começam a ter e-mail, aí nós continuamos a enviar esse trabalho por e-mail. Chegou um momento que um jornal de Dourados -MS utilizou esse e-mail para publicar em uma coluna semanal. Para a comunicação local, nós tínhamos a Ecoa aberta para receber as pessoas. Muita gente, estudante, pesquisador, até mesmo jornalista. Nós tínhamos um atendimento diário de pessoas que era um outro meio de comunicação, que era em torno de 20 pessoas por dia. Hoje não vem ninguém aqui, só vem se for fazer entrevista com alguma pessoa. Hoje está disponível na internet, mas por outro lado temos uma mailing-list com 13 mil pessoas, com 13 mil endereços, que é o outro extremo da comunicação, nós temos um site que tem em torno de 3 mil visitas por dia, e também esse *mailing-list* (FARIA, 2012).

Para Alysso Ishy o Boletim ia além do informativo:

O Boletim não era só uma ferramenta de disseminação de informações, ele era também uma espécie de veículo que contribuía com a formação socioambiental dos jornalistas. Então, ao mesmo

---

<sup>16</sup> Sigla para Disk Operating System (em português – Sistema Operacional em Disco).

tempo, que eles recebiam informações eles também aprendiam. Tanto coisas simples, como vocabulário, significado dos termos ambientais, curiosidades, notícias, mas também um pouco desse mundo aí das polêmicas ambientais. (...) E também para dar voz aqueles segmentos, aqueles setores que dificilmente conseguiam espaço nas mídias ou no poder, nos poderes públicos. Então, esses coletivos incluíam ambientalistas, populações indígenas, populações tradicionais, que até hoje é o público da Ecoa, coletivos sociais ou ambientais das cidades e esses temas se chamava na época megaprojetos. Esses megaprojetos, que eram grandes obras estruturais ou grandes obras de infraestrutura, a gente começou com o tema hidrovias, mas na época havia também o gasoduto Bolívia-Brasil, era uma obra de grande impacto (ISHY, 2012).

Éber Benjamim destaca que a nova tecnologia, internet, foi propulsora para ampliar as denúncias e buscar novas referências.

Esse uso da internet permitiu toda essa articulação política, aí a Rios Vivos tornou-se internacional com representações nos Estados Unidos, na Europa, com nomes importantes e de peso na Europa. O projeto Ecologia Notícias saiu de uma questão local. De repente as denúncias não tinham só repercussão local, via Rios Vivos já se constituía uma rede internacional de disseminação dessas informações. É um processo conjunto de Comunicação, pautar a imprensa e fazer a denúncia, tanto em nível local, lá na rádio do interior, a imprensa local, nacional e internacional junto com a situação política, que aí entra o processo de organização da Rios Vivos (BENJAMIM, 2012).

Yara Medeiros aponta para o que estava no entorno da utilização do Boletim e da própria internet:

Mas a ação para atingir o ribeirão não era necessariamente o Boletim. O Ecologia em Notícias chegava até lá, eles ficavam sabendo das informações, mas era mesmo o trabalho *in loco*, por isso associado ao trabalho de comunicação que a gente fazia, de tentar entrar na mídia, mostrar essas informações para a imprensa, dar um subsídio para a imprensa, tinham as ações *in loco*. Sempre teve a estimulação do associativismo, dos cursos, da captação de elos nas comunidades, que é um trabalho que a Ecoa sempre fez muito bem. Então o ecologia em Notícias tinha esse papel. Tudo era comunicação. E não era só a comunicação jornalística, só de imprensa, era essa comunicação dos cursos, de ensinar eles a falarem, mostrarem suas histórias, e o nosso trabalho era mais com os formadores de opinião. A ideia era entrar nas mídias e mostrar as informações. Eu acredito que de certa forma a ideia ficava sempre no imaginário, e ficar no imaginário era fundamental. Eu me lembro que uma coisa que assustava os pantaneiros era quando se falava que ia se tirar curva do rio. A forma que o pantaneiro ver o mundo é muito diferente e o que impactava eles, era quando você dizia que iam

explodir uma montanha, que iam tirar a curva do rio, ai na cabeça do ribeirinho, que entende muito mais a natureza que a gente, ele já percebia que aquilo era muito agressivo e que não ia dar certo. Até porque a chata<sup>17</sup> sempre foi um medo pra eles também, pois podia derrubar a casa deles, esse tipo de coisa. E ai nesse sentido eu acho que fazia com que eles ficassem mais alertas, mas o trabalho em loco foi o mais fundamental nesse sentido. E a capacitação desses elos, pessoas mais esclarecidas dentro das próprias comunidades que podiam ser capacitados e ser o nosso elo naquela região. A comunicação no pantanal requer uma estratégia diferenciada. A gente soube usar muito bem as ferramentas digitais, nós fomos os pioneiros. Usamos muito bem. Essa ideia da interdependência da Bacia, não existia, essa concepção não existia, e eu acredito que se não existisse o trabalho com comunicação digital a gente não teria conseguido resultado. Se fosse ainda no analógico, a gente ia ficar só na radio e não ia conseguir, através da internet a gente chegou aos formadores de opinião, as pessoas que estavam próximas aos ribeirinhos, e usamos muito bem essas ferramentas. Acho que o papel fundamental anterior a gente (antes do Boletim), é a lista de discussão (grupos de discussão na internet), pois a lista dentro do movimento ambiental realmente fez as informações circularem. Através das listas chegavam muitas coisas que de outra forma nunca saberíamos. Esses elos de comunicação foram fundamentais, e nas listas o uso dessas redes sociais era intenso e muito colaborativo. A gente só tinha como saber coisas de regiões longínquas do Paraguai, Argentina por exemplo, através dessas redes digitais, o movimento ambientalista usa muito e usava bem as listas. A utilização de fotografia, melhorar a diagramação do Boletim, esses detalhes fizeram muita diferença. E a internet ajudou muito na produtividade dentro das redações, mas demorou, ficamos uns dois anos mandando por email e ainda recebíamos muitas ligações pedindo o fax, percebemos que a mídia ainda não estava digitalizada nas redações e que estávamos bem a frente nisso. *Mailling-list*, a gente usa muito, e a imprensa nem sabia o que era isso. Então era forte a nossa atuação digital. Fomos os primeiros a mandar no e-mail texto diagramado com foto, essa newsletter com foto não existia (MEDEIROS, 2013).

Débora resume sua relação no antes e pós-advento da internet:

Acho que as nossas lutas antes de 1996, antes da desistência do governo brasileiro quanto ao projeto da HPP no trecho Cáceres-Corumbá, o mais crítico para o Pantanal, não tinha ainda muita influência da internet, não. Mas depois lembro que o Boletim Ecologia em Notícias era, sim, muito importante para a informação sobre a região e sobre o andamento deste megaprojeto (CALHEIROS, 2013).

---

<sup>17</sup> O termo *chata* é atribuído a diferentes *tipos de embarcação* de pequeno calado e fundo *chato*. As *chatas* podem ter sua própria propulsão ou serem rebocadas.

Alessandro Menezes faz um balanço do uso e da extinção do Boletim:

O mais importante nessa questão da hidrovía Paraguai-Paraná, que eu percebo, e eu participei em diversas articulações e redes nacionais e internacionais, inclusive no Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) é que a Ecoa se tornou uma referência do tema. A Ecoa e a Rios Vivos. E o que foi determinante para ela se consolidar foi o tema que lastreava o processo. O Boletim foi fundamental, ele é o porta-voz. Se a sociedade tomou conhecimento dos problemas que naquele momento aconteciam com a hidrovía, isso se deu através do Boletim Ecologia em Notícias. Não só por causa da interação que o Boletim fazia com os meios de comunicação, embora isso tenha sido determinante. O Boletim foi determinante pra lidar com a imprensa e também com a sociedade em geral que não só recebia por e-mail, como através do que ele pautava a mídia, ficavam sabendo sobre o projeto hidrovía e suas ameaças. Eu vejo que depois que o Boletim acabou, grande parte do jornalismo de Mato Grosso do Sul, e outras regiões, que tinham o Boletim como fonte, acabaram ficando carente, foi uma perda significativa (MENEZES, 2013).

Na produção de formas simbólicas e na sua transmissão para os outros, os indivíduos geralmente empregam um “meio técnico”. Thompson (2011, p.44) definiu que “o meio técnico é o substrato material das formas simbólicas, isto é, o elemento material com que, ou por meio do qual, a informação ou conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor ao receptor”. Seguindo o raciocínio do autor, e as impressões apresentadas pelos entrevistados, podemos dizer que o Boletim Ecologia em Notícias foi o “meio técnico” desse processo de significação e ou ressignificação.

O uso dos meios de comunicação, principalmente das novas tecnologias, transforma a organização espacial e temporal da vida social, permite o surgimento de novas formas de ação e interação, bem como novas maneiras de exercer o poder. Transforma as formas de visibilidade:

Tecnologias cada vez mais sofisticadas fornecem uma série de dispositivos poderosos que podem ser utilizados para aumentar o vazamento de um comportamento que é próprio de áreas recônditas para áreas frontais onde, com as atividades da mídia e de outras organizações, ele pode ser transformado em eventos extremamente visíveis (THOMPSON, 2011, p.17).

Por esse prisma, percebemos que aquilo que era local, caso específico do embate sobre a HPP, um tema que, aparentemente, teria repercussão regional,

consegue ampliar suas dimensões e até mesmo mudar o sentido do que é o Pantanal. Dar novos significados e mudar a percepção para uma visão sistêmica. Esse debate público ocorre dentro da perspectiva de Touraine (1994) do conflito social.

Não confiamos mais no progresso; não acreditamos mais que o enriquecimento traz consigo a democratização e felicidade. À imagem liberadora da razão sucedeu o tema inquietante de uma racionalização que concentra no cume o poder da decisão. Cada vez mais tememos que o crescimento destrua equilíbrios naturais fundamentais, aumente as desigualdades em nível mundial, imponha a todos a corrida esgotante às mudanças (TOURAINÉ, 1994, p.391).

A abordagem proposta no projeto da Hidrovia era a de mudar o rio para acomodar os barcos, para atender a necessidade de uma via navegável em escala comercial. Contudo, é preciso pensar na possibilidade, por exemplo, de se mudar os barcos para acomodar o rio, são opções alternativas de navegação que podem ser exploradas, reduzindo os impactos ambientais.

Diante das entrevistas é possível perceber que o Boletim Ecologia em Notícias e o uso da internet, foram elementos que contribuíram na mediação e nas negociações de visibilidade e significações. Pois através dos espaços de visibilidade conquistados e do envolvimento de novos atores sociais, o debate público veio à tona.

Negociaram-se valores ao descortinar a proposta especificamente econômica, e apresentar as possíveis consequências ambientais e sociais. O processo comunicacional, nesse estudo de caso, trouxe novos significados para compreensão do Pantanal por uma visão sistêmica. Os meios não foram simplesmente funcionalistas, foram mediadores e negociadores de significados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa, partimos do olhar dos estudos culturais para entender se a comunicação pode contribuir na formação crítica, visando à significação e ressignificação de valores com relação à preservação do Pantanal e ao entendimento do Pantanal em toda sua complexidade e noção de sistema.

Tem-se como instrumento impulsor deste processo de ressignificação o Boletim Ecologia em Notícias e todo seu enlace comunicativo que envolve os momentos de produção, articulação e disseminação do boletim, criado e veiculado pela ONG Ecoa de 1997 a 2002.

O estudo foca o período de análise na época de transição do meio de veiculação do boletim do fax para o meio online (*e-mail*), no ano 2000. A escolha desse momento de alteração de padrões para a análise se deve ao fato de que a transformação do boletim está involucrada em um contexto histórico especial e de particularidades, que fizeram desse veículo um expoente representativo e um exemplo de pioneirismo entre os projetos ambientais de mobilização na busca de transformação da opinião pública.

Foi descrito, na dissertação aqui apresentada, o contexto social do debate público ocorrido referente ao projeto para construção da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), sob a ótica histórica e através do resgate de memória efetuado com a aplicação de entrevistas abertas aos atores envolvidos nesse processo, trazendo à tona pontualidades sobre o boletim e em relação ao contexto da luta para não implantação do projeto HPP.

Tomando como ponto focal esse processo comunicacional que envolveu a mudança do Boletim Ecologia em Notícias para o meio virtual no ano 2000, a percepção conclusiva é de que o Boletim e a Internet não cumpriram apenas uma função reducionista e mecanicista enquanto instrumento de comunicação, mas atuaram no papel de tomada de valor e de ressignificação do meio ambiente, neste caso em específico, para a mudança da percepção do entendimento do Pantanal em sua integralidade.

O boletim e todo transcurso que envolveu sua criação e evolução, junto aos atores que com ele colaboraram, saiu da função do simples repasse de informação e passou, conforme perspectiva dos estudos culturais, para a formação, atingindo formadores de opinião, jornalistas, mediadores.

Ultrapassando os limites de retratar e repassar fatos o boletim se tornou uma ferramenta para “alfabetização ecológica do jornalista”, como elucidou o jornalista participante deste processo de criação – Alisson Yshy. O “Ecologia em Notícias” e seu contexto comunicativo possibilitaram um despertar para a significação e ou ressignificação, conforme descrito nas falas dos entrevistados.

Alcídes Faria, diretor-fundador da Ecoa e peça chave deste desenvolvimento de ressignificação expõe alguns importantes pontos a serem retratados sobre a criação do Boletim e de todo seu entorno, em suas falas.

Ele explicita que a articulação alcançada através do boletim foi uma experiência única no mundo que contribuiu, e ainda contribui, enquanto exemplo na criação de novas iniciativas semelhantes, um parâmetro para novos projetos ambientais que até então não eram concebidos dessa maneira.

Esta unicidade, alcançada pela repercussão do Boletim Ecologia em Notícias, se deve ao fato de que essa ferramenta, quando se aliou à internet, viabilizou uma conexão entre América Latina, Europa e EUA, possibilitando, assim, a criação de uma coalizão entre entidades que chegou a contar com 300 organizações, mantendo contatos e trabalhando juntas pela causa ambiental a partir de suas realidades locais, mas com o entendimento global de coexistência com o meio ambiente.

A coalizão Rios Vivos, surgiu, portanto, de uma necessidade de articulação do movimento ambientalista, mas teve em seu crescimento e consolidação o auxílio da internet. Implantada desde 1994 na Ecoa, a internet conseguia a partir desse ponto, possibilitar o estabelecimento de comunicação com organizações internacionais.

No Brasil a Ecoa foi pioneira nesse aspecto, mesmo que a lenta, dispersa e gradativa evolução tecnológica no Brasil tenha dificultado a comunicação interna, com as organizações locais, que só passou a ser mais bem estabelecida através da internet já no fim da década de 90 com o fortalecimento desta nova tecnologia no país que levou à transição do Boletim Ecologia em Notícias para o *e-mail*.

Evidencia-se que o boletim e a Internet, desempenharam seus papéis de instrumento, ferramenta e meio de comunicação, mas que o real resultado e maior contribuição foi a construção de novos valores.

Partiu-se da mediação e da negociação de significados, e essa mediação se deu no processo, no caminho, no fazer, no enredar parceiros, nos encontros presenciais, na valoração.

O choque de rapidez para se estabelecer contato, com troca de mensagens e *feedback em* curto espaço de tempo e, trazido com o início do uso da internet, atuou para trazer mudanças concretas no conceito de tempo-espaço e na maneira de articulação.

A quebra de barreiras físicas para o compartilhar conhecimento possibilitou que a partir de 1994 a noção de rede tomasse nova proporção e utilização na questão ambiental, pois passa a ser viável o contato com informações de outras localidades de maneira rápida e conseqüentemente o auxílio entre as entidades passa a ser maior e o sistema de atuação em rede consolidado.

No ano 2000, já com as facilidades tecnológicas trazidas na década de 90, o Boletim Ecologia em Notícias, passou pela transição para a internet e começou a ser veiculado via *e-mail*, todas as quintas-feiras.

Essa transição do fax para o e-mail representa muito mais que uma simples troca de suporte, o momento e o contexto fizeram que o boletim se tornasse uma ferramenta que conseguiu modificar a opinião pública a respeito do projeto HPP.

O boletim consolidou tanto seu papel que, segundo o entrevistado Alisson Yshy, os jornalistas que o recebiam criaram certa expectativa; se a veiculação atrasasse algumas horas, os jornalistas ligavam questionando a que horas o mesmo seria publicado.

A necessidade de comunicar, educar para o meio ambiente e transformar a opinião pública, ressignificar o entendimento do pantanal, e conseqüentemente dos malefícios da hidrovía, fez com que se tornasse necessária a criação de uma espécie de boletim informativo de urgência.

Com edições extraordinárias principalmente no ápice de veiculação e foco nos assuntos da HPP (em 2000 e 2001), o boletim informava também sobre assuntos que pela temporalidade não poderiam esperar para serem disseminados apenas na quinta-feira.

Notas e informações referentes ao andamento da possível aceitação ou embargo do projeto, também auxiliaram a tornar o boletim referência e fonte de credibilidade sobre o HPP, facilitando na conexão da Ecoa com os veículos de comunicação e jornalistas atuantes nas redações.

O debate ambiental que foi iniciado com a problemática da possibilidade de construção da Hidrovía Paraguai-Paraná, tomou proporções globais fortalecidas pela rede de comunicação construída; gradativamente a comunicação interpessoal passa

a ser ponto secundário já que as informações começam a se concentrar no site e nas publicações do Boletim.

Demonstrar os reais impactos ao meio ambiente que o projeto HPP traria fazia parte do intuito do boletim e ao atingir certos mediadores comprometidos com a questão, e que não partilhavam da opinião vigente de benefícios econômicos que era repassada oficialmente pelo governo, criou-se um pequeno grupo, atuando em rede, onde o boletim atuava como conector, uma peça primordial na necessidade de ressignificação, uma sistemática de comunicação articulada com a sociedade civil com uma meta.

“Passos de formiga, de forma estratégica para um objetivo nobre”, essa era a noção da sistemática em rede para Alisson Yshy. Agregar o maior número de segmentos possível, sensibilizando-os para um bem maior, atuando com o tripé ambientalismo, jornalismo e justiça.

Pautando a questão da HPP e ainda funcionando como uma estratégia de formação socioambiental de jornalistas, o Boletim Ecologia em Notícias quando passou a ser distribuído por e-mail, dispunha de um *mailing* que possibilitou o acesso do boletim à imprensa nacional, à instituições governamentais e não-governamentais e ainda à imprensa internacional, onde se destacam inserções, de notas sugeridas, em veículos como BBC Internacional e Agência *Reuters*, ainda com a facilidade do baixo custo de produção no meio digital.

O Boletim constituía, enfim, mais que um veículo de disseminação de notícias ou um informativo de fatos, com a adequação do vocabulário científico e ambiental, ele tinha, inclusive, um glossário para explicar termos mais específicos e gradativamente educar os jornalistas para a área.

Foi um instrumento politizador, também, uma espécie de “*lobbie ambiental*” necessário – como descreve o jornalista Alisson Yshy; e mesmo tendo como foco demonstrar os malefícios que o projeto HPP traria ao Pantanal, também trazia curiosidades sobre meio ambiente, e temáticas diversas que se transformavam inúmeras pautas na mídia nacional e mundial.

Em 1998 o governo Brasileiro declara não ter interesse no projeto HPP, embora haja contradições nos planos de desenvolvimento econômicos, naquele momento em vigência no País.

O fato é que a sociedade organizada conseguiu, ao menos, momentaneamente, parar o mega-projeto HPP e se inserir no debate público, deixando clara as suas exigências e preocupações.

A temática que inicialmente não tinha apoio dos meios de comunicação passou a integrar as agendas midiáticas que até então, em geral, refletiam interesses governamentais e de empresas que queriam seguir com o projeto para implantar a hidrovia.

O processo de transformação da opinião pública também influenciou nos tipos de notícias veiculadas pela mídia e o número de jornalistas que passaram a compreender a situação e refletir essa percepção no fazer jornalístico, criando um círculo de transformação mútua de mídia-audiência, culminando numa ressignificação do entendimento sobre o pantanal e o projeto HPP, que foi a estratégia chave para barrar a construção.

A internet teve uma importância estratégica tão intensa, que foi a propulsora da criação da coalizão Rios Vivos. Apesar de existirem outros meios de comunicação como telefone e fax, foi a partir do uso da internet que a mobilização tomou proporções nacional e global. O interesse internacional pelo processo teve início com a facilidade do contato via internet que foi de amplo espectro atingindo os EUA e toda Europa.

Constatou-se que os meios de comunicação podem ser os espaços da mediação e negociação na preservação do Pantanal, o processo da pesquisa me descortinou os estudos culturais. Aproximou-me, através da formulação da questão problema, deixando clara a comunicação como mediadora, formadora de cultura, de valores.

E nessa reflexão é possível perceber que valores foram ressignificados, por exemplo, na compreensão da importância do bioma Pantanal e da interferência negativa que teria a efetivação do projeto HPP se considerado o entendimento sistêmico de meio ambiente.

Fica evidente, a partir desse estudo de caso, que a comunicação pode interferir na formação política e principalmente cultural. Neste caso, a comunicação e o uso da internet, possibilitaram uma ação efetiva de mudança de planos do governo federal, a partir da tomada de consciência coletiva da importância do contexto que envolvia todo aquele processo.

Enquanto a entrevista de Éber Benjamim trata do conteúdo do boletim como contrainformação para rebater a visão dominante, Alisson Yshy demonstra preocupação em não considera-lo simplesmente como contrainformação, por entender que buscavam com o boletim atuar dentro dos preceitos jornalísticos, explicitando os diversos pontos de vista sempre que possível, sem omitir lados, para o não-afastamento das fundamentações da ética jornalista, optando pelo conteúdo de qualidade que não omitisse fatos por um interesse econômico.

Há que se avaliar que, o conceito de contrainformação acaba se tornando abstrato já que o fato de inserir diversas visões não faz a matéria necessariamente neutra, mas o papel do boletim ultrapassa a noção de objetividade, se pauta, sim, nos preceitos jornalísticos, mas é, antes de tudo, um instrumento político para o câmbio, para a ressignificação.

Éber Benjamim ressalta um importante aspecto, de que “o sucesso do Ecologia em Noticias foi pelo fato de ter sido feito por jornalistas”, o mediador conhecia o processo, a audiência, os receptores, adequavam a linguagem pois sentiam-se como receptores ao escrever, o suporte técnico-científico tratava de embasar as informações e dar credibilidade às fontes, para Benjamim, o impacto do boletim foi maior do que o esperado.

A entrevistada Débora Calheiros ressalta a perda significativa para mídia e sociedade, com o fim da veiculação do boletim, relata que isso gerou uma carência de fontes, já que os jornalistas já haviam se habituado a rotina.

“O boletim foi determinante para lidar com a imprensa e também com a sociedade em geral, que só recebia por e-mail (informações), como através do que ele pautava à mídia”, ressalta a pesquisadora nesse sentido de demonstrar a importância do boletim e o vácuo que ele acaba deixando com sua extinção.

Muito do fim, porém, pode ser explicado a partir do fenômeno de descentralização do conhecimento impulsionado pela internet. Os jornalistas podem hoje utilizar como fonte, por exemplo, o site da Ecoa e de outras ONGs relacionadas que centralizam e veiculam informações, além de também atuarem nesse papel de educação não formal para o meio ambiente, para a tomada de consciência através do conhecimento que foi possibilitada pelo boletim nesse sentido de ser como um “porta-voz”, termo utilizado por Débora Calheiros para descrevê-lo.

Vale ressaltar, também, que o objetivo de registro histórico, proposto nessa dissertação, foi alcançado com êxito, uma vez que este estudo traz relatos de

importância de personagens que participaram de todo o processo e que se não fossem colhidos e ressaltados poderiam se perder com o tempo em uma memória passageira.

O estudo teórico, exige, é árido, difícil. Mas nos ajuda a compreender nossas práticas, nossas ações. Pesquisar, mais que realizar procedimentos e buscas por respostas teóricas, é avaliar e refletir sobre nossas práticas. A teoria é um espaço da reflexão. Nesse processo de pesquisar foi possível refletir sobre o nosso envolvimento e as nossas práticas nesse processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BARBERO. J. M. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. vol.2 n.1 (3), p. 68-80. Disponível em: <[www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)>. Acesso em: 22 jan. 2014.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010, pelo Decreto nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 578 p.
- BRASIL. **Lei nº. 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispões sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial – Imprensa Nacional. Brasília DF. Ano CXXXVII – nº 79, 1999.
- BRITTO, R. R. **Sociedade, novas tecnologias de comunicação e a possibilidade de articulação de espaços públicos de debate e embate**. In: SOUSA, M. W. (org.). Recepção mediática e espaço público: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ECO.A. **Ecologia e Ação**. Disponível em: <<http://www.ecoa.org.br>>. Acesso em: 26 jan. 2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- GOMES, W. **Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política**. In: MAIA, R. (org.); CASTRO, M. C. P. S. (org.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- INTERNATIONAL RIVERS NETWORK. **Considerando a hidrovia**: um informe preliminar sobre o estado atual do projeto proposto da hidrovia Parana/Paraguai. Berkeley, CA, 1994.
- JORNAL O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Campo Grande, p. 11, 24 mar. 2008. **Editoria Cidades**.
- LEAL, B. S. **A comunidade como projeto identitário**. In: MAIA, R. (org.); CASTRO, M. C. P. S. (org.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LINHARES, N. R. **Internet e ação comunicativa como elementos do espaço público sob uma perspectiva Habermasiana: crise e transição.** In: SOUSA, M. W. (org.). Recepção mediática e espaço público: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006.

MAIA, R. **Mídia e vida pública: modos de abordagem.** In: MAIA, R. (org.); CASTRO, M. C. P. S. (org.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 2.315, de 25 de outubro de 2001.** Dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=136490>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

MENDONÇA, M. L. M. O marketing no terceiro setor: possibilidades e limites. In: COGO, Denise (org.); MAIA, João (org.). **Comunicação para a cidadania.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

MENDONÇA, M. L. M. Redes digitais e movimentos sociais: perspectivas. **Revista Textos de la CiberSociedad**, v.13, 2009. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net>>. Acesso em: jun. 2011.

MIÉGE, B. O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado. **Novos Olhares:** revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos. Grupo de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. vol.1, n.1. São Paulo: O Departamento, 1999.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento científico:** pesquisa qualitativa em saúde. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

PACIEVITCH, T. **Bacia do Prata.** 2008. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/hidrografia/bacia-do-prata>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

PORTAL PANTANAL. **Dados gerais do Pantanal.** Disponível em: <<http://portaldopantanal.com.br/dadosgerais.html>>. Acesso em: 24 jan. 2014.

RIOS VIVOS. **Coalizão Rios Vivos.** Disponível em: <[www.riosvivos.org.br](http://www.riosvivos.org.br)>. Acesso em: 26 jan. 2014.

SCHERER-WARREN, I. **Redes sociais na sociedade da informação.** In: MAIA, Rousiley (org.); CASTRO, M. C. P. S. (org.). Mídia, esfera pública e identidades coletivas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SILVA, J. S. V.; ABDON, M. M. **Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões.** Pesquisa Agropecuária Brasileira, v. 33, p.1703-1711, 1998.

SOUSA, M. W. Práticas de recepção mediática como práticas de pertencimento público. **Novos Olhares:** revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos. Grupo de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. vol.1, n.1. São Paulo: O Departamento, 1999.

SOUZA, C.M. **Para pensar a relação Mídia – Meio Ambiente**, 2005. Disponível em: <[http://www.abjc.org.br/artigos/art\\_180404.htm](http://www.abjc.org.br/artigos/art_180404.htm).> Acesso em: jun. 2011.

SOUSA, M. W. (org.). **Recepção mediática e espaço público: novos olhares**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SOUSA, M. W. (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade** 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

TREVISOL, J. V. **Atores Sociais e Meio Ambiente: análise de uma rede transnacional de organizações da sociedade civil**. **Série Debates**. Chapecó: Argos, 2007.

VIANA, G. **A polêmica sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná e o Porto de Morrinhos**. Cuiabá: Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 2007.

VILCHES, L. **Ciencias de la comunicación y sociedade: um diálogo para la era digital – Perspectivas mundiales**. **Novos Olhares**: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos. Grupo de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. vol.1, n.1. São Paulo: O Departamento, 1999.

ZUGAIB, E. **A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sulamericana do Brasil**. **Cursos de Altos Estudos**. n. 98. Brasília: Funag, 2006.